

UNIVERSIDADE DE UBERABA
EDUARDO SILVA GOUVÊA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL:
Um diagnóstico dos cursos ofertados no Estado de Minas Gerais através do Programa
Senac de Gratuidade - PSG.

UBERABA/MG
2015

EDUARDO SILVA GOUVÊA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL:

**Um diagnóstico dos cursos ofertados no Estado de Minas Gerais através do Programa
Senac de Gratuidade - PSG.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade de
Uberaba para o exame de defesa. Orientador -
Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UBERABA/MG
2015

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

G745e Gouvêa, Eduardo Silva.
Educação profissional no Brasil: um diagnóstico dos cursos ofertados no estado de Minas Gerais através do Programa Senac de Gratuidade-PSG / Eduardo Silva Gouvêa. – Uberaba, 2015.
113 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba.
Programa de Mestrado em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

1. Ensino profissional. 2. Senac. 3. Minas Gerais. I.
Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade de Uberaba. III.
Título.

CDD 370.113

Eduardo Silva Gouvêa

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM DIAGNÓSTICO DOS
CURSOS OFERTADOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS ATRAVÉS DO
PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE - PSG**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 31/08/2015

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
(Orientador)
UNIUBE-Universidade de Uberaba


Profª Drª Nilce Vieira Campos Ferreira
UFMT-Universidade Federal do Mato Grosso


Profª Drª Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
UNIUBE-Universidade de Uberaba

DEDICATÓRIA

À Deus, minha família, amigos, colegas de
trabalho, a Universidade de Uberaba
e ao meu orientador pelo apoio,
força e incentivo. Sem vocês
tudo isso seria muito
mais difícil.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma abordagem histórica da educação profissional no Brasil, desde sua origem na fase colonial, sob forte influência da pedagogia jesuítica, até o atual funcionamento do Sistema S. Este trabalho faz parte da linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos do Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba.

O objetivo desta pesquisa é investigar as ofertas dos cursos gratuitos do Senac no estado de Minas Gerais e na cidade de Uberaba em consonância com o Decreto 6.633, de 5 de novembro de 2008, que originou o Programa Senac de Gratuidade e foi desenvolvida e organizada a partir de publicações disponíveis no Banco de Teses e dissertações dos Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de revisões na literatura e análise do material coletado junto ao site do Senac e na Unidade de Uberaba.

Para oferecer uma educação profissional às populações pobres do Brasil, uniram esforços tanto a iniciativa privada como o Estado, em especial na esfera Federal. Com o intuito de melhorar a oferta educacional e atender às novas realidades econômicas do País, surgiu o que hoje se denomina Sistema S, originário das Escolas de Ofício e Politécnicas. Desde a década de 1940, o Sistema S, que conta com as capacitações para os serviços de aprendizagens, e seu objetivo primordial de preparação da mão de obra para os vários segmentos da economia brasileira., Concluímos que nas 66 cidades analisadas a atuação do Senac é extremamente relevante, assim como papel desenvolvido pelos entes do Sistema S, para a sociedade, pois possibilita a continua capacitação dos trabalhadores para melhorar o seu desempenho em suas respectivas funções e conseqüentemente tornando a sua empresa mais competitiva, entretanto ressalto que não foram detectados ofertas dos cursos gratuitos pelo programa do Senac de gratuidade em todas as cidades que contam com unidades do Senac no Estado de Minas Gerais e alguns cursos desconectados com as tendências para capacitação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Palavras-chave; Educação Profissional. Sistema S. Programa de Gratuidade Senac.

ABSTRACT

The present research presents a historical approach to professional education in Brazil, from its origin in the colonial phase, under the strong influence of the Jesuit pedagogy, to the current functioning of the System S. This work is part of the research line: Educational Processes and its Fundamentals of Master's Degree in Education at Uberaba University.

The objective of this research is to investigate the offers of the free Senac courses in the state of Minas Gerais and in the city of Uberaba in accordance with Decree 6.633, of November 5, 2008, which originated the Senac Gratuity Program and was developed and organized to From publications available at the Bank of Theses and Dissertations of the Periods of Capes (Coordination of Improvement of Higher Level Personnel) of reviews in the literature and analysis of the material collected next to the Senac website and at the Uberaba Unit.

In order to offer a professional education to the poor in Brazil, they have joined efforts both in the private sector and in the State, especially in the Federal sphere. With the intention of improving the educational offer and attending to the new economic realities of the country, what today is called System S, originating from the Official and Polytechnic Schools. Since the 1940s, System S, which has the capabilities for learning services, and its primary objective of preparing the workforce for the various segments of the Brazilian economy. We conclude that in the 66 cities analyzed, the performance of Senac Is extremely relevant, as well as the role developed by the entities of the System S, for the society, since it enables the continuous training of the workers to improve their performance in their respective functions and consequently making their company more competitive, however, it is pointed out that no offers were detected Of the gratuitous courses by the program of Senac of gratuitousness in all the cities that counts on units of the Senac in the State of Minas Gerais and some courses disconnected with the tendencies for qualification of labor for the job market.

Key words; Professional education. System S. Senac Free Software.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I: ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO	10
1.1 Conceito de Educação Profissionalizante	10
1.2 História da Educação Profissionalizante no Brasil	13
1.3 Análise da atual política de Educação Profissional e Tecnológica	31
CAPÍTULO II: CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E O SISTEMA S	38
2.1 Contextualização do Sistema S no Brasil	40
2.2 História do Sistema S	42
2.3 Entidades que integram o Sistema	46
2.4 Algumas reflexões sobre o Sistema S.....	50
2.5 Os cursos e habilitações oferecidos pelo Senac.....	53
2.6 A Caixa Preta do Sistema S.....	60
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DO SENAC	62
3.1 Dados Gerais.....	62
3.2 Evolução das atividades realizadas pelo Senac	66
3.3 Programa Senac de Gratuidade (PSG)	71
3.4 Unidade do Senac na cidade de Uberaba.....	92
3.5 Análise do Programa Senac de Gratuidade na unidade de Uberaba.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	109

1. INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho é investigar as ofertas de cursos para capacitação de trabalhadores realizadas pelo Senac, através do seu programa de gratuidade, verificando as exigências de novas qualificações e a função da educação profissional como formadora de mão-de-obra. Assim, diante perspectiva, dois procedimentos foram utilizados para a construção deste trabalho.

Primeiramente, o levantamento bibliográfico, para investigar as hipóteses e opiniões de vários autores relacionadas ao tema e a evolução da educação profissionalizante no Brasil. Em um segundo momento, pesquisas sobre o histórico de informações referente aos dados gerenciais do Senac, como alunos atendidos, cursos ofertados, faturamentos, do Senac em todos os estados do país e um aprofundamento no estado de Minas Gerais, além de um estudo na Unidade do Senac na cidade de Uberaba.

Esses aspectos foram investigados e analisados por meio de entrevistas com o Gerente da Unidade do Senac em Uberaba – MG e com alguns trabalhadores por meio de questionamentos. Outros materiais como cartilhas, boletins informativos, jornais veiculados dentro da empresa, foram analisadas e constituem parte dos dados dessa pesquisa e de nossas conclusões.

A Educação Profissional e Tecnológica ainda neste século XXI é um desafio para a sociedade brasileira, que precisa com urgência melhorar as habilidades e competências da mão de obra para atender aos constantes avanços do mercado de trabalho contemporâneo. O profissional que se espera formar na rede de estabelecimentos de ensino voltada para esta aprendizagem precisa atender às expectativas e exigências de um mercado que busca um trabalhador com eficiência, flexibilidade e conhecimentos atualizados.

A promulgação da Lei nº 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ampliou também os objetivos e funções determinados para a Educação Profissional no Brasil, que passou a abranger a formação profissional, reprofissionalização, qualificação, requalificação, atualização e capacitação de jovens e adultos.¹ É importante destacar que a educação profissional e tecnológica, nos termos da Lei

¹ Também estabeleceu novas funções para as Instituições Federais de Ensino Tecnológico (IFETs: são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. (§ 2ªminuta de anteprojeto de lei que institui os IFET), que se encontram na LDB 9394/96, art. 39 a 42, capítulo III, que trata da Educação Tecnológica. (BRASIL, 2014.)

nº 9.394/96 (LDBN), alterada pela Lei nº 11.741/2008, em seu Artigo 39, § 2º estabelece que a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

(BRASIL, 1996).

Com a promulgação da Reforma da Educação Profissional (REP – Decreto-Lei nº 2.208/97), o governo pretendeu articular a educação profissional escolar ao mundo do trabalho, atendendo a uma lógica que emergiu de um novo objetivo: o da educação tecnológica como formação do técnico enquanto agente de serviço (BRASIL, 2014a).

Os novos pressupostos da REP desencadearam um processo de mudanças que atingiram desde a estrutura física e administrativa, à organização curricular, à natureza dos cursos e à prática educativa.

Esta dissertação tem por objetivo analisar as ofertas dos cursos profissionalizantes realizadas pelo Senac, através do seu Programa de Gratuidade, em razão dos novos objetivos e funções determinadas à Educação Profissional através da LDB/96. O objetivo específico desta pesquisa, portanto, é diagnosticar as características dos cursos que são ofertados através do programa de gratuidade no Estado de Minas Gerais e dessa forma verificar as cidades que recebem mais as capacitações, e ainda quais são as características dos cursos.

Tal objetivo se justifica pela necessidade de uma reflexão crítica sobre as alterações propostas pela Reforma da Educação Profissional (REP/97), com base na LDB/96, e seus reflexos no atual processo pedagógico, tendo como referência uma unidade do Sistema S, o Senac de Minas Gerais e da Unidade de Uberaba/MG, que serão trabalhados nos capítulos 2 e 3 respectivamente.

A hipótese que se apresenta é que a partir da implementação de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, os cursos do Sistema S, vêm sofrendo um processo contínuo de esfacelamento da qualidade em favor da quantidade de alunos atendidos, o que provoca uma discrepância entre o profissional que o mercado deseja e o aluno formado no Sistema S, que é um aglomerado de instituições com características parafiscais e criadas por decretos específicos que prestam serviço a sociedade através de cursos profissionalizantes e bem estar social neste caso.

A metodologia utilizada desta pesquisa tem duas etapas, uma primeira que se fundamenta em levantamento bibliográfico das publicações sobre o tema Educação Profissional, no Brasil, representada pelo capítulo I, onde foram abordados os conceitos e a história da educação profissionalizante no Brasil e a segunda etapa, será um estudo de caso, dos materiais coletados junto ao Senac do Estado de Minas e da unidade de Uberaba/MG, onde foram realizadas diversas visitas para investigar as informações.

CAPÍTULO I

1. ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL.

A Educação Profissional integra as atividades humanas desde os mais remotos tempos da história da espécie. Nas sociedades primitivas os saberes profissionais eram passados às novas gerações por uma educação fundamentada na prática e na repetição. Segundo Manfredi (2002), assim eram transmitidas e aprimoradas as técnicas de se fazer utensílios, ferramentas, armas de caça e de defesa. Essa forma de transmissão persistiu por toda pré-história e chegou às grandes civilizações da história Antiga.

É relevante esclarecer que essas economias primitivas de subsistência atendiam a uma lógica diferente da atual sociedade capitalista, que é de acumulação. De acordo com Manfredi (2002) essas comunidades utilizavam uma pedagogia de erro e acerto, de repetição de saberes acumulados que se encontrava à disposição de todos que se interessassem em aprender. Era uma pedagogia de caráter reconstrutivo e utilitarista, que atende a uma educação voltada para a vida, a sobrevivência, e não para o lucro e a competição do atual sistema, pois naquela época não se pensava nisso.

As noções de trabalho vão sofrendo alterações ao longo da história humana e, tal como se concebe hoje, surge a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra em meados do século XVIII.

1.1 Conceito de Educação Profissionalizante

As Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja a Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012, para a educação profissional de nível técnico são centradas no conceito de competências por área, o que exige do técnico uma sólida educação básica e uma educação profissional mais ampla e polivalente capaz de atender às demandas de qualificação profissional determinadas pelo mercado de trabalho.

Para tanto, foram gerados um conjunto de princípios gerais capazes de nortear a Educação Profissional para seus objetivos primordiais de formação, e que se constituem em valores estéticos, políticos e ético.

Fernandes (1999) analisa os princípios estéticos, políticos e éticos que inspiram a LDB e argumenta que as habilidades inerentes ao novo trabalhador devem levar em conta a criatividade, a autonomia, e a capacidade de solucionar problemas. Defende que a fragmentação do conhecimento somente pode ser superada por uma articulação na formação profissional, que deve ser geral e estar orientada pelos ideais humanistas de transformação do indivíduo em ser humano integral.

Os valores estéticos são os referenciais para a organização pedagógica e curricular da educação profissional, devem estar presentes no cotidiano escolar, na dinâmica pedagógica e nos ambientes de aprendizagem, determinando que a Educação Profissional esteja sintonizada com o novo paradigma do mundo do trabalho.

Para Fernandes (1999) a estética da sensibilidade deve estar presente desde a concepção do currículo até a gestão escolar, buscando eliminar todas as formas veladas de exclusão, de reducionismos e de injustiças, respeitando as diversidades e buscando a construção de uma sociedade igualitária.

A política da igualdade, por sua vez, estabelece o princípio da democratização do Ensino Técnico Profissional ou seus diferentes níveis, através da universalização do acesso, que se formam no principal eixo da política da igualdade.

Para não ser apenas formal, esse direito deve concretizar-se em situações e meios de aprendizagem eficientes, que assegurem a todos a constituição de competência laborais relevantes, num mundo do trabalho cada vez mais competitivo e em permanente mutação. Isso requer que a educação profissional incorpore o princípio da diversidade na sua organização pedagógica e curricular (BRASIL, 2014, p.29).

Então, pode-se afirmar que a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20/12/1996), a educação profissional passou a ser considerada pelo governo como eixo de articulação entre a escola e o mercado de trabalho. Com isso, os objetivos e funções da educação profissional passaram a ser a formação profissional, a reprofissionalização, qualificação, requalificação, atualização e capacitação de jovens e adultos. Isso ocorre com a implantação da Reforma da Educação Profissional (REP – Decreto-Lei nº 2.208/97).

A REP concedeu autonomia para a organização de currículos dos cursos técnicos, desde que se referenciamos na LDB e considerando seus respectivos projetos pedagógicos e peculiaridades locais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação propõe que os currículos sejam estruturados a partir dos perfis profissionais de conclusão, ou seja, que permitam a delimitação de itinerários profissionais e que disponham de autonomia escolar, gestão democrática,

recuperação contínua e sistemas de avaliação com polivalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, entre outras características de ensino.

Em seus artigos 39 e 42, a LDB concebe a Educação Profissional como “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, de modo que conduza “ao permanente desenvolvimento” (BRASIL, 1996, p. 67). Os níveis de ensino da educação profissional são três: básico, técnico e tecnológico, que a legislação em vigor no Brasil classifica a educação profissional em três níveis: Básico: modalidade de educação não-formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, independentemente da escolaridade prévia, conhecimentos que lhe permitam a qualificação, requalificação e atualização para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno. Técnico: destinado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos.

Tecnológico: destinado à formação superior, tanto de graduação como de pós-graduação, de jovens e adultos.

Além destes três níveis, existem também os cursos complementares, que podem ser de especialização, aperfeiçoamento e atualização. Assim, a educação profissional tem como objetivo o desenvolvimento das aptidões do aprendiz para a vida produtiva.

Para Ramos (2014), a educação profissional proposta pela REP tem uma estruturação curricular flexível e marcada por uma prática pedagógica interdisciplinar e contextualizada pelos perfis profissionais. Esta estruturação curricular se faz por competências, que é a capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, com base em conhecimentos específicos, mas sem se limitar por eles.

Ainda segundo Ramos (2014), a pedagogia construtivista é o centro da estrutura curricular no desenvolvimento de competências, o que exige a apropriação de metodologias que favorecem a aprendizagem significativa, que tem atenção constante às tendências do mundo do trabalho. Tais práticas pedagógicas também exigem profissionais de educação com uma postura de maior envolvimento com a comunidade escolar e com todos os demais atores da Educação Profissional.

O educador que se propõe para esta abordagem metodológica é o que incentiva para a solução de problemas, o que coloca o aprendiz diante de conflitos cognitivos, contra argumenta suas soluções e contribui para o aumento de sua capacidade argumentativa. Para isso, de acordo com Ramos (2014), o educador precisa adotar uma abordagem baseada em

projetos ou resolução de problemas. Então, recomenda-se para esse modelo curricular a organização dos cursos por módulos, o que viabiliza melhor qualificação profissional técnica.

Para encerrar este subitem menciona-se, também conforme Ramos (2014), os princípios que norteiam a Educação Profissional hoje e que são os de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assim como os valores estéticos, políticos e éticos que regem a LDB e, que apregoam o desenvolvimento da criatividade, da iniciativa e da liberdade de expressão para o exercício da vida produtiva e da cidadania.

Como se verá no decorrer da apresentação da história da Política de Educação Profissional no Brasil, que terá início no próximo subitem, as reformulações teóricas e socioempíricas ocorreram com mais contundência a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

1.2 História da Educação Profissionalizante no Brasil

A história da educação profissional brasileira será apresentada dividida em três fases distintas, que são as mesmas encontradas nas obras de Luiz Antônio Cunha e que são: *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata* (2000), *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2005) e *O ensino profissional na irradiação do industrialismo* (2005). Estas três obras constituem o principal embasamento do texto que se segue e aborda todo o desenvolvimento histórico da educação profissional no País, desde sua colonização até a LDB (Lei nº 9.394/96) e REP (Decreto-Lei nº 2.208/97).

1.2.1 O ensino de ofícios durante a escravatura no Brasil

Desde o início da colonização portuguesa começou no País a formação do trabalhador que teve como primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos africanos. O começo da educação formal no Brasil colonial foi marcado pela chegada dos padres jesuítas, em 1549, com a missão de converter os gentios. Cunha (2000, p. 67) explica que apesar da atividade mais conhecida dos jesuítas no Brasil tenha sido a catequese dos indígenas, suas atividades educacionais e administrativas foram igualmente relevantes, pois já no início do século XVIII, os jesuítas mantinham na colônia “25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários maiores, além de um número não determinado de seminários menores e ‘escolas de ler e escrever’”.

Saviani (2010) menciona que a missão jesuíta foi chefiada por Manoel da Nóbrega, que para atrair os gentios centrou seu interesse nas crianças, com a fundação do primeiro colégio após a chegada de meninos órfãos de Lisboa. Nóbrega elaborou o primeiro plano de educação que compreendia o ensino da língua portuguesa, a doutrina cristã e o aprendizado da leitura e da escrita. Esta pedagogia dos jesuítas foi institucionalizada com o *Ratio Studiorum*², que era um código que contemplava 467 regras que cobria todas as atividades ligadas ao ensino e podemos dizer que era o currículo dos jesuítas.

Cunha (2000) acrescenta que o *Ratio Studiorum* era o plano de educação de todos os colégios e seminários, estando voltado para oferecer à elite colonial uma formação de caráter humanístico e cristão. O modelo pedagógico conferiu prestígio aos jesuítas junto à nobreza portuguesa, e no século XVI, a Companhia de Jesus recebeu a direção do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra.

Nos primeiros tempos da colonização o desenvolvimento tecnológico no Brasil ficou estagnado pela proibição da existência de fábricas. Foi com a descoberta do ouro em Minas Gerais e a consequente criação das Casas de Fundição e de Moeda³ que surgiu a necessidade de um ensino mais especializado, que então se destinava aos homens brancos empregados nas próprias casas e seus filhos. Cunha (2000, p. 16) aborda e descreve as discriminações que o mundo do trabalho impunha à época:

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como *coisa sua*. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou “bandeiras”) não tiveram, no Brasil colônia, o desenvolvimento de outros países.

Com isso, o trabalho manual passou a ser “coisa de escravos”; por uma “inversão ideológica”, os ofícios passaram a ser desprezados, como se executá-los fosse aviltante para

² A educação jesuítica corresponde ao período de 1549 – ano da chegada dos jesuítas ao Brasil – até 1759 –, ano da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. A estrutura e o currículo das instituições escolares baseavam-se no *Ratio Studiorum* – documento datado de 1599 que definia o plano de estudos dos colégios. Dentre as suas características, definia-se o ensino de humanidades, retórica e filosofia com o objetivo de formar indivíduos letrados e eruditos (CUNHA, 2000, p.67).

³ À descoberta das primeiras minas de ouro no final do século XVI seguiu-se a criação das casas de fundição pelo “Primeiro regimento das terras minerais”, de 15 de agosto de 1603, com a finalidade de fundir todo o ouro e prata extraídos das minas, incluindo nesse processo a coleta do quinto. Em 1694 foi instalada a primeira Casa da Moeda. (CUNHA, 2000, p.67).

um homem livre. Sempre que possível, os mestres ensinavam aos escravos os ofícios e os colocavam para trabalhar em suas tendas, sem ter que lhes pagar salários.

Enquanto a formação profissional voltada para o trabalho era vista como coisa de escravo, a educação formal nas escolas jesuíticas era baseada na visão “essencialista” de homem, cabendo à educação “moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano” (SAVIANI, 2010, p. 58). Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada criação divina.

Em 1759, ocorre a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo marquês de Pombal, que defendeu uma educação laica influenciada pelo Iluminismo⁴. Este segundo período foi marcado pela pedagogia tradicional na sua vertente religiosa e laica. A partir de 1870, os movimentos desvinculados da religião tornaram-se mais fortes, passando o Estado a assumir a laicidade. Sobre isso, Cunha (2000, p. 67-8) menciona as medidas que foram adotadas para a constituição do novo aparelho escolar:

- (i) Criação da Diretoria-Geral de Estudos, diretamente subordinada ao rei, encarregada de gerir todos os assuntos ligados ao ensino, com ramificação em todo o reino, por meio de diretores locais e comissários; (ii) controle da educação escolar mediante a proibição do ensino, mesmo a título de aulas particulares, por pessoas que não tivessem sido aprovadas em exames de habilitação e idoneidade comprovada pela Diretoria Geral de Estudos ou por seus delegados; (iii) controle do conteúdo dos livros, submetendo-os à Real Mesa Censória, atividade até então a cargo do Santo Ofício; (iv) criação das “aulas régias”, compreendendo tanto o ensino de ler e escrever quanto o das humanidades, mantidas pelo Estado com os recursos provenientes do “subsídio literário”, imposto cobrado sobre o consumo de carne e produção de aguardente. Outras medidas também foram tomadas pelo governo pombalino, como a criação de uma aula de comércio e do Colégio dos Nobres, assim como a reforma da Universidade de Coimbra.

Esta segunda fase da educação brasileira, que compreende um longo período, de 1759 a 1932, pode ser considerada um retrocesso, já que o sistema jesuítico (*Ratio Studiorum*) foi substituído pelas aulas régias, compreendendo o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja, essas aulas duraram até 1834. Enquanto o período jesuítico foi caracterizado por formas dogmáticas de pensamento que privilegiavam o exercício da memória e o desenvolvimento do raciocínio, a partir de 1870, os movimentos

⁴ O Iluminismo, também denominado Época das Luzes, foi um movimento intelectual que ocorreu na Europa no século XVIII, centrado em torno da Liberdade, do Progresso e do Homem, proporcionou grandes transformações na estrutura social, no desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Sob a influência do conhecimento e da razão, o Iluminismo mudou o pensamento ocidental. (NASCIMENTO, 1999.)

desvinculados da religião e impuseram à escola a função de transmitir os saberes que a sociedade considera importantes para a manutenção da ordem e do progresso.⁵

Para Veiga (2010, p 27) a reforma de Benjamin Constant (1890), sob a influência do positivismo, “mantém a visão essencialista de homem, não como criação divina, mas aliada à noção de natureza humana, essencialmente racional”. Tal pedagogia enfatiza a transmissão do conhecimento acumulado de geração para geração e, para tal, utiliza-se de aulas expositivas, seguidas de demonstrações do professor, sendo um conteúdo pronto, cabe ao aluno memorizá-lo de forma passiva.

Ainda segundo Veiga (2010), o professor, como centro do processo, considera a reprodução automática e mecânica de conteúdos pelos alunos uma garantia da eficiência do processo de ensino e aprendizagem, onde é medida a quantidade de informações e o exame passa a ser um ritual com fim em si mesmo. Enfatiza a apresentação do conhecimento de forma acabada, com tarefas de aprendizagem padronizadas, visando à fixação de conteúdo. Esse professor é visto como uma autoridade moral e intelectual para o aluno.

Cunha (2000, p. 68) explica que a reforma pombalina do ensino teve bom êxito em Portugal, mas no Brasil representou uma desarticulação da educação escolar, que o autor descreve assim:

Se, nos colégios dos padres jesuítas, havia um plano sistematizado e seriado de estudos, organizados segundo uma pedagogia consistente, a reação contra ela, orientada pelo enciclopedismo, não conseguiu erguer um edifício cultural alternativo, ao menos no campo do ensino. Foram criadas, no Brasil, aulas de grego, de hebraico, de filosofia, de teologia, de retórica e poética, de desenho e figura, de aritmética, de geometria, de francês, quase todas independentes umas das outras, funcionando em cidades distintas. Mesmo assim, as poucas aulas régias que chegaram a funcionar careciam de alunos e de professores. Os alunos eram atraídos pela melhor qualidade do ensino dos colégios religiosos e os professores, desestimulados pelos baixos salários pagos pelo Estado, mesmo após a afluência dos recursos gerados pelo “subsídio literário”, abandonavam as aulas em proveito de outras atividades.

Pode-se entender das palavras de Cunha (2000) que o ensino no Brasil Colônia era fragmentado em aulas avulsas (e dispersas), caracterizando conteúdos totalmente desconexos para o ensino elementar e o ensino secundário. A configuração social do País não favorecia investimentos na educação primária, pois não era prioridade neste momento.

⁵ Sobre essa tendência da Pedagogia Tradicional, Saviani (1999, p. 55) oferece um esclarecimento fundamental: “[...] se estruturou através de um método pedagógico, que é o método expositivo, que todos conhecem, todos passaram por ele, e muitos estão passando ainda, cuja matriz teórica pode ser identificada nos cinco passos formais de Herbart. Esses passos, que são o passo da preparação, o da apresentação, o da comparação e assimilação, da generalização e da aplicação, correspondem ao método científico indutivo, tal como fora formulado por Bacon, método que podemos esquematizar em três momentos fundamentais: a observação, a generalização e a confirmação. Trata-se, portanto, daquele mesmo método formulado no interior do movimento filosófico do empirismo, que foi a base do desenvolvimento da ciência moderna”.

Com professores mal preparados e mal remunerados, com a dificuldade de acesso dos alunos e o total desinteresse da Coroa, a educação permaneceu estagnada, pois ainda não havia sido estruturada e planejada. As aulas régias⁶, apesar das evidentes dificuldades e falhas, uma vez que a aprendizagem girava em torno do conhecimento de colegas da própria classe, prevaleceram na maioria dos estabelecimentos de ensino, até serem abolidas a partir de 1834. Os educadores daquela época consideraram que o método não abrangia as disciplinas necessárias para acessar o ensino superior (latim, comércio, geometria, francês, retórica e filosofia).

Saviani (1999) acrescenta que diante disso foram criados, em 1835, os liceus provinciais (nas capitais brasileiras), que tinham como objetivo reunir todas as aulas avulsas em um mesmo lugar, construindo-se assim os primeiros currículos seriados. Os liceus atendiam aos alunos de 10 a 18 anos, pertencentes ao ensino secundário, que atualmente corresponderia ao período entre o sexto ano e o Ensino Médio. Receberam esse nome para diferenciar-se dos colégios que ofereciam o ensino primário. Nos liceus o aluno poderia escolher a ordem e a quantidade de disciplinas que quisesse cursar ao mesmo tempo, formando uma reunião de aulas avulsas, mas que atendiam às disciplinas exigidas nos exames preparatórios para o ensino superior.

Segundo Cunha (2000), a história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava às camadas menos privilegiadas da sociedade. Este novo aparelho escolar se estruturava na mesma medida em que o Estado brasileiro se formava e consolidava. Mas, ao contrário do que se podia esperar, as primeiras instituições de ensino se destinavam à educação superior e foram fundadas no Rio de Janeiro e na Bahia⁷.

O Ato Adicional de 1834 instituiu as Escolas Normais, que objetivavam formar docentes. O surgimento das Escolas Normais em Niterói (1835), na Bahia (1836), no Ceará (1845) e em São Paulo (1846) ampliou a formação docente. Entretanto, o título de bacharel, necessário para acessar o ensino superior, só era alcançado pela parte abastada da sociedade, que se formava para manter a elite como dirigente social.

⁶ Saviani (1999) explica que nas aulas régias usava-se o método Lancaster (1789), método de ensino desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778– 1838), em que as crianças tinham noção de leitura, cálculo, escrita, e catecismo. Em razão da falta de professores, um docente atendia cerca de 100 alunos e escolhia seus melhores discípulos para auxiliar outros dez alunos (chamado de método decúria, em que o ajudante era um decurião).

⁷ Cunha (2000) ensina que somente em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro.

Cunha (2000, p. 70) explica que em 1854, o governo imperial estabeleceu normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário, bem como a criação do ensino para cegos e surdos mudos. Em 1856 foi criado o Liceu de Artes e Ofícios, por iniciativa privada. As normas produziram alguns avanços, mas seus resultados foram insuficientes. Em 1857 o Brasil tinha apenas 2.595 escolas públicas primárias com 70.000 alunos. Já no final do governo de D. Pedro II, em 1886, o número de escolas tinha aumentado para 6.605 com 213.670 alunos, sendo o Colégio Pedro II (criado em 1837) considerado escola modelo no País.

Cunha (2000) descreve toda a trajetória de idealização e criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, que envolveu desde questões políticas como a morte do Conde de Linhares (1812) e o conseqüente enfraquecimento do “partido inglês” da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, assim como o fortalecimento do “partido francês”, por meio da ascensão do Conde da Barca. Naquela ocasião, o cavaleiro Joachim Lebreton foi encarregado, pelo embaixador de Portugal na França, Marquês de Marialva, de reunir uma missão artística e ir para o Brasil. Em 16 de março de 1816, Lebreton e outros 10 (dez) artistas partiram de Paris para o Rio de Janeiro.

No Brasil, Lebreton propôs ao Conde da Barca, em 1816, a criação de uma escola de belas artes com os artistas que o acompanhavam. Cunha (2000, p. 78) menciona a carta com a proposta:

Nessa carta, propunha ele a criação de uma dupla escola de artes: um setor para o ensino das belas-artes (pintura, escultura, gravura, arquitetura) e outro para as artes mecânicas (não especificadas). Ambos os setores estavam articulados, no projeto, por elementos de aproximação e de repulsão.

Lebreton argumentava que a exemplo do que acontecia na França, o Brasil poderia iniciar uma nova fase de desenvolvimento industrial com a formação de uma mão de obra especializada em vários ofícios e belas artes. Mas, segundo Cunha (2000, p. 79), alertava para que não se repetisse aqui o erro de Paris, que por ser gratuita, atraía os filhos dos pobres, que contaminavam com “fermento grosseiro” as belas artes. Lebreton sugeria que estes desvalidos fossem encaminhados ao “aprendizado de ofícios mecânicos”.

Sobre a proposta apresentada por Lebreton, Cunha (2000, p. 79) acrescenta:

A articulação dos setores da escola projetada, compondo os elementos de aproximação e de repulsão, seria feita pelo ensino de algumas disciplinas, tanto aos artistas quanto aos artífices: desenho de figura e de ornatos, aritmética, geometria prática. Cumpridas essas disciplinas, os estudantes/artífices seriam encaminhados a “ateliês práticos”, montados por operários franceses, onde seguiriam o processo de aprendizagem pelos padrões tradicionais e “em poucos anos tais alunos se tornariam mestres, fundando e aperfeiçoando a indústria nacional”.

Em 1820 a Academia iniciou suas aulas, mas sem o ensino de ciências e de desenho para os ofícios mecânicos, somente com as belas artes. Segundo Cunha (2000a, p. 80), a docência na Academia, proporcionada por D. João VI, produziu grandes artistas e obras célebres, como o pintor de paisagens e seu irmão escultor, Nicolau Antonio Taunay e Augusto Taunay, o consagrado pintor Augusto Debret, e o arquiteto Henrique Vitério Grandjean.

Cunha (2000) trata da importância da economia cafeeira e da mão de obra escrava para a formação da classe operária no Brasil imperial, quando os projetos industriais eram raros, as técnicas desconhecidas e o trabalhador livre representava pequena parcela da população. Esse operariado incipiente foi suprido nos primeiros tempos pelos desvalidos sociais, os órfãos, os abandonados, os delinquentes e outros miseráveis.

O desprezo que a elite nutria pelo trabalho, sobretudo pelo trabalho manual que estava bem de acordo com a estrutura social e econômica vigente, explica em parte o abandono do ensino no primário e o total desinteresse pelo ensino profissional. A repulsa pelas atividades manuais levava essa elite a considerar superiores as profissões ligadas às artes e inferiores às ligadas aos ofícios. Só mesmo o descaso com que o ensino primário era tratado e a falta de visão na busca de soluções para os problemas educacionais permitem entender a adoção por tanto tempo do método lancasteriano nas escolas brasileiras.

Cunha (2000, p. 84) explica o quanto foi difícil para a elite brasileira, especialmente para os fazendeiros, aceitar o negro, até então escravo, como um trabalhador assalariado. Os negros, por sua vez, com a abolição, retiraram-se em massa das fazendas onde foram até então oprimidos violentamente. Sobre isso, o autor afirma:

Não bastasse isso, a ideologia racista das classes dominantes brasileiras levava-as a acreditar que os mestiços (mulatos e caboclos) eram seres inferiores, sendo a imigração de colonos brancos a única solução válida para a substituição do braço escravo e a construção de um país civilizado. Ademais, os senhores de engenhos e os plantadores de algodão do Nordeste não viam com bons olhos a transferência da força de trabalho sob seu controle para o Centro-Sul.

A ampliação de investimentos coincidiu com a necessidade da introdução de inovações tecnológicas para salvaguardar a base da economia brasileira, sedimentada na produção do café.

O café⁸, principal sustentáculo do desenvolvimento industrial, já havia migrado para o que se costuma chamar Complexo do Oeste Paulista e, a partir do ano de 1870, ganhou um

⁸ Nos primeiros tempos o café se desenvolveu apenas nas províncias do norte do Brasil, em pequenas plantações, chegando ao Rio de Janeiro no início do século XIX e expandindo-se pela Serra do Mar até chegar, em 1825, ao Vale do Paraíba, alcançando também São Paulo, Minas Gerais. (CUNHA, 2000.)

poderoso impulso. Em 1860 o país se torna uma grande potência exportadora de café, com 26 milhões de pés plantados. Além de se tornar um sustentáculo da aristocracia rural, então tão opulenta quanto eram os senhores de engenho no chamado ciclo da cana de açúcar, o café também trouxe progresso.

Cunha (2000, p. 83) explica que para o escoamento da safra, com a expansão da cafeicultura no chamado Oeste Paulista foram instaladas ferrovias⁹, “primeiro no Vale do Paraíba, depois ligando o litoral”. Em 1867 foi inaugurada a Ferrovia Santos-Jundiaí, transformando a cidade litorânea do Estado de São Paulo “no principal porto de embarque do café exportado”, superando o Rio de Janeiro.

Foi São Paulo que se tornou a metrópole do café. O progresso atingiu também as cidades do interior, onde surgiram bancos e casas bancárias. Segundo Cunha (2000a, p. 84), enquanto os fazendeiros do Vale do Rio Paraíba se afastaram da monarquia abolicionista pela dependência do trabalho escravo nos cafezais, a aristocracia cafeeira do Oeste Paulista constituiu-se “uma verdadeira burguesia do café e dirigiram as transformações da economia visando à generalização das relações capitalistas de produção”.

Por fim, depois de extenso processo de avanços e retrocessos, em 1888, o presidente do Conselho de Estado, João Alfredo de Corrêa de Oliveira apresentou ao Parlamento que aprovou a Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel que estava na regência do trono. Sobre a abolição, Cunha (2000) ressalta que a Guerra do Paraguai demonstrou uma deficiência estratégica grave na defesa do país, já que boa parte da população, na condição de escrava, não prestava lealdade ao Estado. Outra questão grave era a constante ameaça de uma revolta dos negros.

Sobre a abolição, Cunha (2000, p. 86) acrescenta:

Em 1888 cerca de 700 mil escravos foram libertados, contingente reduzido quando se leva em conta que, cinco anos antes, havia mais do que o dobro desse número. Os beneficiados pela Lei Áurea compreendiam apenas 5% da população do país (eram 31% em 1850), mas a população negra e mestiça era imensa, herdeira não só das marcas étnicas da escravidão, mas também, das condições materiais de vida de seus pais.

O destino dos ex-escravos variou de uma região para outra. No Nordeste, de um modo geral, eles se transformaram em força de trabalho dependente dos proprietários de terra, com a exceção do Maranhão, onde os libertos se instalaram em terras devolutas como posseiros. No Vale do Rio Paraíba, os ex-escravos viraram parceiros nas fazendas de café em decadência. Na cidade de São Paulo, como os empregos melhores estavam ocupados pelos imigrantes, os libertos ficaram com os serviços irregulares e mal pagos.

⁹ Outras ferrovias surgiram como a Paulista, a Mogiana, a Sorocabana e a Noroeste, cujos traçados orientaram a direção de novas lavouras; mais tarde os cafezais atingiram também o norte do Paraná. (CUNHA, 2000.)

A cultura cafeeira atraiu grande número de imigrantes, sobretudo italianos, que vieram em busca de novas perspectivas. Para incentivar a produção e suprir o problema da mão de obra, com o fim da escravidão, o governo incentivou a imigração, principalmente da Itália. Com a crise cafeeira, após a abolição da escravatura, foi necessária uma readequação às novas relações de produção capitalista em substituição ao modelo patrimonialista escravista. Foi necessário introduzir técnicas modernas de produção, relacionadas ao plantio, tratos culturais, colheita, beneficiamento, classificação e comercialização do café.

Encerra-se este subitem afirmando que a qualidade do ensino no Brasil imperial foi deficitária, pois ao lado do abandono e desinteresse do governo, a iniciativa privada, que fundou várias escolas particulares, só tinha como objetivo o êxito financeiro, sem se preocupar em discutir ou tentar melhorar as condições econômicas e sociais do país ou ajudar no desenvolvimento nacional.

1.2.2 O ensino profissional no Brasil republicano

A partir de 1890, os movimentos desvinculados da religião tornaram-se mais fortes, passando o Estado a assumir a laicidade e a educação pública. Veiga (2010, p. 27), explica que foi aprovada em 1890 a reforma Benjamin Constant sob a influência do positivismo. Essa vertente laica defendia uma visão essencialista de homem, não como criação divina, mas aliada à noção de natureza humana, essencialmente racional. O Brasil tornou-se um Estado laico com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa.

Scampini (1974) afirma que durante toda a fase imperial no Brasil, a Igreja viveu em comunhão com o Estado através de uma legislação copiosa que regulava as relações e os recursos da Coroa. Com isso, o novo Governo Republicano, viu-se na obrigação de mudar tal situação, embora reconhecendo a necessidade de evitar conflitos com o clero, já que a maioria da população era católica.

Surge dessa intrincada situação o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que separa a Igreja do Estado. Nas palavras de Scampini (1974, p. 79), “não podemos negar que esse decreto foi o mais importante sancionado pelo Governo Provisório e encerra as mais delicadas questões da vida brasileira. É um documento sereno, discreto e preciso. Não contém excessos nem esconde ódios”.

Sander (2007) explica que a educação no chamado período da República Velha passou por poucas transformações em relação ao sistema da fase imperial. A maior parte dos

estabelecimentos de ensino era remanescente do segundo reinado.¹⁰ A alteração mais importante foi a que vinculou a educação às lides políticas, quando a Constituição Republicana de 1891, determinou que as condições para ser eleitor eram: ter mais de 21 anos, ser do sexo masculino e ser alfabetizado. Até então, o voto era definido pela renda do cidadão, pela maioria e ser alfabetizado, porém, a principal questão de tal mudança era que a maior parte da população era analfabeta.

De acordo com Zotti (2004), a Igreja Católica ainda possuía uma grande importância na educação, em especial por ser a maior mantenedora de estabelecimentos de ensino particulares no País.¹¹ Porém, com a laicidade do estado, agora republicano, algumas instituições educacionais protestantes e judaicas começaram a ser formadas, algumas delas até hoje presentes no campo educacional brasileiro.

Zotti (2004) destaca que a chegada de imigrantes ao país também fez surgir escolas destinadas a eles. Algumas eram comunitárias, outras particulares, geralmente mantidas por entidades religiosas do país de origem, ou laicas. No entanto, essa iniciativa não ocorreu com todos os imigrantes. Destacaram-se, nesse sentido, os alemães, italianos, poloneses e japoneses.

Por sua vez, Cunha (2007) explica que a criação de cursos superiores no Brasil Império foi marcada por cursos isolados e profissionalizantes, desvinculando teoria e prática. Os principais cursos eram voltados para o ensino médico, engenharia, direito, agricultura e artes. A revisão e valorização do Ensino Superior só tiveram amplitude no país após a proclamação da República.

Zotti (2004) explica que o ensino era dividido em primário, até a quarta série; em seguida vinha o curso ginasial, de também quatro anos de duração. Existia a chamada prova de admissão ao ginasial, um exame que selecionava os alunos mais capazes. E por fim, o clássico e o científico, que corresponderiam ao atual Ensino Médio. O clássico era mais ligado às áreas de humanas, e o científico mais ligado às ciências exatas.

¹⁰ Em 1879, o ministro do Império, Leôncio de Carvalho, propôs a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte, e do ensino superior em todo o Império, publicando o Decreto 7.247, de 19 de abril. Porém, o decreto somente reafirmou a liberdade de criação de escolas particulares quanto à oferta de ensino superior no país. Cabia ao Império a fiscalização para a garantia de moralidade e de condições de higiene nesses cursos. (SANDER, 2007.)

¹¹ O retorno dos jesuítas ao Brasil em 1842, ainda que sem autorização do governo imperial, provocou a fundação de vários colégios particulares de ensino secundário (para meninos, e mais tarde para meninas). Diante disso, criou-se logo uma rede amplamente disputada pela elite brasileira e seguida por outras instituições que também investiram na formação particular. Assim, essas instituições supriram parte da necessidade de formação educacional que deveria ser atribuição do Estado. (ZOTTI, 2004.)

Ainda segundo Zotti (2004), a revolução de 1930 promoveu pela primeira vez na história do Brasil, a criação de um Ministério da Educação e Saúde Pública, que elaborou uma reforma no ensino, sem, entretanto, modificar significativamente o curso primário, estruturou o secundário e as condições para o ingresso neste nível de ensino, com a criação de exames de admissão. Conhecida como Reforma de Francisco Campos, continuou marginalizando o ensino primário e negligenciando a formação de professores, mas instituiu o ensino secundário, com disciplinas anuais e frequência obrigatória. Inicialmente dividia-se em um curso fundamental de seis anos e outro complementar com dois anos.

Porém, segundo Cunha (2005, p. 29), o único colégio responsável por ministrar o segundo grau em todo o território nacional era o Colégio D. Pedro II, da capital da República, “rebatizado de Ginásio Nacional” garantia “admissão de seus concluintes a qualquer curso superior do país. Entretanto, alguns estabelecimentos de ensino de capitais dos principais estados, além de vários ginásios, solicitaram ao governo a equiparação ao colégio Pedro II”, o que rapidamente possibilitou o aumento no número de matrículas.

Zotti (2004) acrescenta que o processo de equiparação era um procedimento difícil e, por muito tempo, foi comum muitos dos filhos das elites estaduais estudarem como internos no Colégio D. Pedro II. Assim, a herança do Império, quando a educação foi direcionada para a elite¹², valorizando o ensino secundário e superior em detrimento da formação primária e profissional, que atingia as camadas mais pobres, continuou prevalecendo nos primeiros governos presidencialistas.

Sobre o legado do Império à República, Cunha (2005, p. 4) afirma que:

As iniciativas voltadas para o ensino de ofícios, tanto as do Estado quanto as de entidades privadas, eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser a generalização desse tipo de ensino para os trabalhadores livres condição de: a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados.

Cunha (2005, p. 28-9) esclarece que o Código Eptácio Pessoa, criado em 1901, incluía a lógica entre as matérias ministradas nas escolas imperiais e retirava a biologia, a sociologia e a moral, acentuando a literatura e não a ciência, e criava “condições legais para que as escolas superiores estaduais e particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas escolas federais”.

¹² Em 1900, 75% da população brasileira eram constituídas por analfabetos.

A educação brasileira do início da república era considerada uma das piores do mundo e ainda hoje não desempenha com eficiência o seu papel. Mas, de acordo com Aranha (1996, p. 183), a Revolução Industrial exerceu forte influência na denominada educação técnica, uma vez que a tecnologia se desenvolve e exige cada vez mais capacitação profissional.

Zotti (2004) lembra que o ensino profissional no Brasil teve uma grande importância, apesar de às vezes não ser reconhecido. Com início no século XIX, através de estabelecimentos de ensino instalados em diversos pontos do Brasil, os cursos profissionalizantes tiveram seu maior destaque com o chamado Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, capital.¹³

Sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, Cunha (2005, p. 55) afirma que se tornou o mais importante e descreve assim seu funcionamento:

[...] iniciou as atividades do curso profissional ensinando os ofícios de tipografia, encadernação, marcenaria, alfaiataria e sapataria, acrescentando depois a esse elenco o de fundição de tipos e o de marmorearia. Havia uma relação importante entre as duas seções dos estabelecimentos. Era nas oficinas ligadas às artes gráficas (tipografia, fundição de tipos, encadernação) que se ministrava ensino profissional de melhor qualidade, e os formados eram procurados pelas empresas do ramo. Essas oficinas, por serem altamente mecanizadas, produziam obras pelo regime de encomendas, gerando recursos para as demais, deficitárias. As oficinas de alfaiataria e de sapataria procuravam obter recursos mediante a venda de roupas e calçados aos estudantes internos dos cursos secundários e comercial. Tudo somado, as escolas profissionais apresentavam déficits significativos, que os padres procuravam cobrir com os saldos gerados pelo ensino pago pelos “estudantes”, internos e externos.

Cunha (2005) explica que até 1910 as escolas profissionais salesianas constituíam uma estrutura de ensino profissional, mas a partir daí entraram em franca decadência, chegando a se tornarem meros anexos dos liceus, que não mais preservaram as artes e ofícios.

Sander (2007) ensina que a partir de 1920, a educação elitista entrou em crise, bem como outras áreas sociais: o controle político dos coronéis da denominada “cultura café com leite” (que representava respectivamente a alternância no governo federal dos estados de São Paulo e Minas Gerais); as fraudes nas eleições¹⁴; a classe média oprimida; a crise econômica do café nos mercados internacionais, tudo isso gerou uma frustração no ideal democrático.

¹³ Sobre essa expansão do ensino profissional Cunha (2005, p. 54) afirma que “Ao fim do século, os salesianos já tinham inaugurado escolas em São Paulo, Lorena, Campinas, Cuiabá, Recife, Salvador e Rio Grande (RS). Em 1904, já dispunham de dezesseis estabelecimentos de ensino Brasil, dos quais catorze tinham escolas profissionais”.

¹⁴ As eleições eram fraudadas por documentos falsificados, mortos que votavam e o voto exclusivo para homens maiores de 21 anos. (SANDER, 2007.)

Segundo Sander (2007), este cenário culminou na realização da Semana de Arte Moderna, em 1922, com representantes da escultura, música, arquitetura e literatura propondo uma cultura autenticamente brasileira. Essas crises desencadearam muitas discussões polêmicas que resultaram na fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Em conferências para debater a educação, sugestões de profissionais renomados foram levantadas pelo jornal O Estado de São Paulo, em 1926, dirigido por Fernando Azevedo, no que se referem às soluções para o sistema educacional, muitas das quais foram colocadas em prática.

Ainda de acordo com Sander (2007), foram realizadas reformas educacionais em diversos estados brasileiros durante toda a década de 1920, melhorando consideravelmente os ensinamentos primário e secundário. Destacam-se as reformas e iniciativas realizadas em São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais e, sobretudo, do então Distrito Federal, de maior repercussão.

Cunha (2005, p. 86) menciona o seguinte:

A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba foi instalada numa ala do quartel da Força Policial que, apesar das adaptações, não oferecia as acomodações estritamente indispensáveis: as aulas funcionavam nas mesmas salas das oficinas ou, então, em conjunto, no mesmo salão. Foi só em 1929 que a escola se transferiu para um prédio especialmente construído para abrigá-la.

A Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco funcionou até 1923 num casarão que fora mercado de frutas, cercado de mangues, sem uma única rua de acesso. Somente em 1935 foi inaugurado o prédio próprio, especialmente construído para ela, dotado de oficinas adequadamente instaladas.

A Escola de Aprendizes Artífices do Piauí estava instalada até 1938 num prédio velho, sem as mínimas condições de comodidade. A oficina de fundição funcionava quase a descoberto, castigada pelas chuvas, e a de marcenaria, num corredor mal iluminado. Foi somente naquele ano que se inaugurou o prédio apropriado para a escola.

Saviani (2010) afirma que dentre os principais intelectuais que pensaram a educação brasileira no período entre a proclamação da república e a Revolução de 1930, está a figura de Antônio Carneiro Leão¹⁵. Formado pela prestigiosa Escola de Direito do Recife, suas ações como educador podem ser apontadas tanto na produção literária quanto na ação política. Como produtor de livros sobre temáticas educacionais, sua estreia foi em 1909, com o livro *Educação*. Em 1912 publicou *O Brasil e a educação popular*. Como gestor, foi secretário no Rio de Janeiro (Distrito Federal) e em Pernambuco, ocasiões em que viabilizou a abertura de várias escolas públicas.

¹⁵ Morto em 1966, recebeu importantes títulos honoríficos no exterior, como Doutor Honoris Causa pela Universidade de Paris (Sorbonne) e pela Universidade Autônoma do México. (SAVIANI, 2010.)

Ainda segundo Saviani (2010), após a Revolução de 1930, a educação brasileira passou por profundas transformações, com ações que viabilizaram uma melhora no nível e acesso à educação. Uma importante medida foi a criação, em 1930, do Ministério da Educação e da Saúde. Posteriormente, em 1932, veio a público o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com as participações destacadas de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo¹⁶ (que redigiu o manifesto), Roquette Pinto e outros intelectuais.

O Manifesto teve ampla repercussão nos meios político-educacionais, e foi um importante marco para a ampliação do acesso e aumento da qualidade educacional. Porém, Saviani (2010) relaciona este manifesto com as transformações sociais pelas quais passou o Brasil nos anos 1920¹⁷.

De acordo com Saviani (2010), contribuíram para a Revolução de 1930, no que se refere à educação, a realização de diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927; a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1928, e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928.

Cunha (2005, p. 169) dedica extensa descrição à atuação de Fernando Azevedo em prol da educação profissionalizante e da educação pública, afirmando que “o fulcro da reforma de 1928 foi a articulação entre a escola primária – *a escola do trabalho educativo* – e a escola profissional – *a escola do trabalho profissional*”. Mas o autor alerta para o fato de que “o conceito de trabalho era pouco claro”, ora se apresentando como produtivo, ou seja, aquele que se faz por um salário; ora assumindo “uma conotação muito lata”, podendo ser assumido apenas como atividades intraescolares.

Sander (2007) explica que em 1932, o denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado durante o governo de Getúlio Vargas por diferentes segmentos da elite intelectual, inclusive de posicionamentos diferentes, vislumbrava interferir na educação

¹⁶ Cunha (2005, p. 154) destaca que “Fernando Azevedo dedicou grande parte de sua gestão (1927-30) a desenvolver uma profunda reforma conceitual da rede escolar do Distrito Federal, compreendendo o ensino primário, o ensino normal e o ensino técnico-profissional, com amplas repercussões na organização e na gestão da Diretoria Geral de Instrução Pública”.

¹⁷ Durante a década de 1920, ocorreu o Movimento dos 18 do Forte, também chamado de Revolta do Forte de Copacabana, em 1922. Esse movimento desejava a queda da República Velha, a qual centralizava o poder nas mãos dos coronéis da cultura café com leite. Sob o comando do capitão Euclides Hermes da Fonseca, esse movimento, isolado e facilmente controlado pelo governo, originou, com muitas vítimas, um sentimento patriótico que segmentou outras revoltas, como a Coluna Prestes, também chamado de Cavaleiro da Esperança, originou o ideal do Soldado Cidadão e culminou na criação dos ideais da Revolução de 1930, que eclodiu logo em seguida. (ARANHA, 1996.)

do país, revolucionando-a.¹⁸ Além de criticar o ensino e sua organização, sugeria um plano educacional que se propunha público, laico, obrigatório e gratuito. Embora duramente criticado pela Igreja, detentora de expressiva parcela de escolas da rede privada na sociedade, o manifesto conseguiu orientar (até os dias de hoje) algumas mudanças na concepção pedagógica e na forma de olhar para o ensino.

Sobre o Decreto (DF) nº 3.763, de 1º de fevereiro de 1932, Cunha (2005, p. 171) explica que:

[...] endossou, especialmente, a articulação entre o ensino primário e o ensino profissional. O salto que se pretendia dar, agora, era a promoção de todo o ensino profissional para o nível pós-primário, além de uma especial articulação do ensino profissional com o ensino secundário. Isso contrariava frontalmente a reforma federal de ensino secundário do ano anterior.
... Foi justamente contra essa concepção de ensino secundário que a reforma do Distrito Federal, de 1932, veio a conceber a escola técnica secundária.

Uma das importantes medidas das elites brasileiras foi a de buscar instituir universidades no país. Zotti (2004) esclarece que uma das motivações foi a visita, em 1922, do rei Alberto, da Bélgica, ao Brasil. Quando quis visitar a universidade brasileira, foi informado que no Brasil não existiam universidades. Apesar de terem acontecidos outras iniciativas para implantação da Universidade no Brasil, como de acordo com Paulo Nathanael P. Souza em sua obra *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro* cita o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II e o de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia, mas nenhum obteve êxito e ainda cita que em 1912, mais por forças regionais, surge a primeira universidade brasileira, no Estado do Paraná, mas que durou somente três anos. Assim umas das primeiras a serem instituídas foram a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e a Universidade de São Paulo (USP).¹⁹ A tradição colonial dos filhos das elites irem para a Europa estudar, que no império já diminuira, após os anos de 1930, reduziu-se ainda mais.

Desde 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação, grandes educadores brasileiros passaram a militar nas lides político-educacionais. Dentre estes, Zotti (2004) cita vários pensadores da educação brasileira do século XX, dos quais destaca Anísio Teixeira e Paulo Freire. Anísio Teixeira foi autor de importantes livros educacionais, como *Educação*

¹⁸ Entre os 26 intelectuais que assinaram o Manifesto destacam-se Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. (SANDER, 2007.)

¹⁹ Grande parte dos professores contratados era estrangeira, que vieram ao Brasil para lecionar nos cursos recém criados. A Universidade do Distrito Federal foi fechada por problemas políticos advindos do Estado Novo. Em seu lugar, foi inaugurada a Universidade do Brasil, que após o golpe militar de 1964 foi rebatizada como Universidade Federal do Rio de Janeiro. (ZOTTI, 2004.)

não é privilégio, no qual apontou as principais deficiências e desafios da educação brasileira. Em especial, as dificuldades da formação dos professores, e a necessidade de se ter uma formação universitária para os docentes do ensino primário.²⁰

Na opinião de Cunha (2005, p. 172)

O que acontecia era que o Brasil mantinha um dualismo essencial em todas as suas iniciativas educacionais. A partir de um modelo transplantado da Europa, havia uma educação para o povo – uma educação para o trabalho –, e uma educação para a elite – uma educação para a cultura. A escola primária e as escolas profissionais eram instituições do primeiro grupo e a escola secundária e as escolas superiores, instituições do segundo grupo. Em consequência desse dualismo, tanto a escola primária quanto a escola profissional, por melhores que fossem, estiveram sempre relegadas no julgamento público, não sendo consideradas prestigiadas.

Cunha (2005a) também descreve a influência que o CFESP – Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, criado por influência do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) e do interventor federal no Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, em 1934, expandiu-se rapidamente e, em 1942 já contava com outras dezesseis escolas profissionais nas ferrovias paulistas.

O CFESP distinguia-se das outras escolas de aprendizagem de ofício, pelos seguintes motivos, indicados por Cunha (2005a, p. 26):

Primeiro, pela clientela restrita (filhos de ferroviários, principalmente) e formação para utilização também restrita (somente para as estradas de ferro). Nas escolas de aprendizagem de ofício, os alunos eram, invariavelmente, órfãos e outros “desvalidos”, oriundos do lumpemproletariado²¹, mais interessados na comida gratuita do que no aprendizado propriamente. Segundo, pela associação do Estado com as empresas, a fim de formar pessoal para todas elas. O Estado era essencial para o funcionamento desse mecanismo, enquanto fornecedor de recursos e garantidos das regras do jogo.

Zotti (2004) afirma que a ideia de ensino integral, proposta por Anísio Teixeira²², foi posta em prática no Rio de Janeiro nos anos 1980, quando Darcy Ribeiro ocupou o cargo de secretário de Educação. Foram criados os chamados Centro Integrado de Educação Pública

²⁰ O professor Anísio foi o responsável por uma das principais experiências educacionais: a Escola de Ensino Integral Carneiro Leão. Instalada em um dos bairros mais pobres de Salvador, a capital baiana, e seguindo a inspiração teórica do escolanovismo norte-americano de John Dewey, sua proposta era a de uma escola na qual as crianças ficavam o dia inteiro na unidade educacional, tendo além do ensino formal, aulas com capacitação técnica ou atividades lúdicas, como carpintaria, música e teatro. (ZOTTI, 2004.)

²¹ De acordo com Rosenberg, o povo constitui igualmente “o sujeito problemático da democracia” (1986, p. 20). tendo-se à concepção socialista, Rosenberg ressalta a acepção do povo-classe como fundamento democrático. Para ele, ao longo da modernidade, o povo é identificado com o proletariado, sendo posteriormente acompanhado do campesinato, dos artesãos e do intelectual empobrecido, para, em seguida, fragmentar-se na distinção do lumpemproletariado, pequena burguesia e operariado

²² Zotti (2004) informa que Anísio Teixeira morreu em um provável atentado, sendo achado na cisterna de um prédio no Rio de Janeiro, em 1973, durante a vigência da ditadura militar.

(CIEPs), que nada mais eram que uma rede de ensino nos moldes da experiência do colégio Carneiro Leão de Salvador. Porém, por causa de problemas políticos, a iniciativa não prosperou.

Cunha (2005a) explica que o Estado Novo tinha a industrialização do Brasil como meta principal da economia e dedicou esforços para a preparação de uma força de trabalho habilitada. Esse processo foi beneficiado pela Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), que com o envolvimento da Europa e Estados Unidos, acabou permitindo ao governo brasileiro intensificar a produção industrial e substituir seus produtos com o mercado internacional. Tais mudanças exigiram a rápida formação de uma mão de obra qualificada.

Cunha (2005a, p. 27-8) resume assim a situação favorável à formação de um operariado qualificado:

A intensificação da produção industrial fez-se pela incorporação de maiores contingentes de trabalhadores, multiplicando-se os turnos e/ou estendendo-se a duração da jornada de trabalho. Isso exigiu não só mais operários qualificados para a operação, como também, e principalmente, operários qualificados para a manutenção preventiva e corretiva, que se tornava cada vez mais importante, na medida da crescente dificuldade (e encarecimento) de importação de peças para reposição. Além disso, a mobilização militar do Brasil, em 1942, aliadas às iniciativas econômicas estatais – destacando-se a criação, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional –, concorreram para o aumento da procura, não satisfeita, de operários qualificados.

Aranha (1996) menciona que no governo Getúlio Vargas houve a fundação de instituições que auxiliaram sobremaneira, a expansão do ensino superior, da pesquisa e da pós-graduação no Brasil: da pesquisa e da Capes e CNPq²³. Estes órgãos foram fundamentais para o aumento das universidades nos diversos estados brasileiros, pois foram os responsáveis por formar os professores de nível superior.

Sander (2007) defende alguns importantes avanços educacionais ocorridos na década de 1960, entre eles, a LDB de 1961, Lei nº 4., a criação da UnB em 1962, e as propostas de alfabetização de Paulo Freire. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi uma lei promulgada em 1961, baseada em longos debates, nos quais se opunham os favoráveis à ação do Estado na educação, como os educadores Lourenço Filho e Anísio Teixeira, e o então deputado Carlos Lacerda²⁴.

²³ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é um órgão idealizado pelo almirante Álvaro Alberto, e que tem como função fomentar a pesquisa científica no Brasil e foi criada em 15 de janeiro de 1951, através da Lei 1.310. A Capes é a Coordenação de Pessoal de Nível Superior, e tem como função desenvolver a pós-graduação no país e foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto 29.741. (ARANHA, 1996.)

²⁴ Romanelli (1987) esclarece que Carlos Lacerda acusava o Estado de querer monopolizar a educação, tendo apresentado um projeto de lei buscando garantir a existência de escolas particulares. As igrejas cristãs,

A Universidade de Brasília (UNB) foi organizada pelos educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e tinha uma proposta inovadora para o ensino superior, visando ao estabelecimento da pós-graduação. Porém, Sander (2007) explica que o projeto original foi alterado após a instalação da ditadura militar em 1964.

Em relação a métodos inovadores de ensino, Saviani (2010) destaca os projetos de alfabetização iniciados por Paulo Freire²⁵, em Pernambuco. Seu método de ensino possibilitava a alfabetização de jovens e adultos em três meses, algo revolucionário no campo educacional em todo o mundo, a ponto de o “método Paulo Freire” ser utilizado em diversos países.

Saviani (2010) argumenta que a ditadura militar trouxe profundas alterações no campo educacional e o fim de uma geração de grandes educadores. Como todo governo autoritário, a ditadura tentou, através da educação, impor seus valores sociais. Para tanto, instituiu diversas disciplinas na grade curricular, como Educação Moral e Cívica, Preparação Para o Trabalho, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros. Tais disciplinas substituíam as de humanidades, como História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Antropologia.

Entretanto, Saviani (2010) defende que a atuação da ditadura na educação foi mais ampla que meramente alterações em grades curriculares. Em 1971 instituiu-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692), cuja maior transformação foi o fim do exame de admissão ao ginásio, que unido com o antigo primário, transformou-se em um curso único de oito anos, com a nomenclatura de ensino de primeiro grau. Também o clássico e o científico foram unidos, no chamado segundo grau, com a duração de três anos.

Saviani (2010) também explica que as relações do governo federal com as universidades foram tensas nos anos da ditadura, uma vez que o movimento estudantil foi amplamente perseguido. A UNE foi incendiada dias após o golpe militar. O governo também ocupou militarmente a Universidade de Brasília, perseguiu professores na Universidade do

tradicionais proprietárias de escolas privadas confessionais, eram as grandes interessadas em manter o ensino particular.

²⁵ Paulo Freire foi um dos intelectuais da educação que mais se destacaram ao longo das décadas de 1960 a 1990. Seus livros forma inspiração para muitos educadores brasileiros. No livro *Conscientização*, apresentou seu método de alfabetização de adultos. Em *Pedagogia do oprimido*, denunciou o que denominou como ensino bancário, isto é, uma forma de considerar o aluno tabula rasa, e o conhecimento como se fora dinheiro a ser depositado em um banco, no qual renderia com as notas das provas. Nesse sentido, a memorização seria mais valorizada que a reflexão. Perseguido pela ditadura militar, voltou ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia, sendo secretário da Educação da prefeitura de São Paulo, no governo de Luiza Erundina. Seu último livro, publicado em 1996, se chamou *Pedagogia da autonomia*, e versava sobre os saberes necessários à prática pedagógica. (SAVIANI, 2010.)

Brasil, no Rio de Janeiro, e aposentou compulsoriamente docentes da Universidade de São Paulo²⁶.

Ainda segundo Saviani (2010), apesar das relações tensas, a ditadura impôs uma reforma universitária em 1968, na qual o sistema de cátedra foi extinguido sendo os professores contratados não por cadeira, mas por curso. Outra modificação importante no ensino superior foi a extinção do ciclo anual, substituído pelo ciclo semestral.

Em relação ao ensino elementar, as ações da ditadura também foram de profunda radicalidade. Saviani (2010) lembra que o analfabetismo, um grave e secular problema brasileiro, começou a ser encarado como um problema pelos generais, que criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967. Durante sua existência, o Mobral se caracterizou pelo esvaziamento do sentido crítico e contextualizador que vinha sendo gestado no âmbito das ações pedagógicas da época e, em 1985, o programa foi extinto.

As instituições educacionais secundárias, tanto as escolas particulares quanto as públicas funcionaram normalmente durante a ditadura, mas foi no período militar que começou a decadência das escolas públicas²⁷. O desmonte da educação pública ocorreu porque o governo ampliou as matrículas do ensino ginasial sem adequar as escolas, o que gerou o problema da falta de vagas. Além disso, os salários dos educadores também começaram a ficar defasados. Uma triste realidade que infelizmente se mantém até o presente.

1.3 Análise da atual política de Educação Profissional e Tecnológica

O Sistema Educacional Brasileiro em sua organização nacional e federativa é caracterizado por mudanças constantes e que provocam descontinuidade no funcionamento de sua própria estrutura. Estrutura está submetida a todos os revezes advindos da legislação extensa e nem sempre necessária.

Para Santos (2012) as normas legislativas são informadas e trabalhadas de forma distorcida, parcial, sem a visão do todo, o que faz proliferar práticas reiterativas e mecânicas, que visam ao simples cumprimento de tarefas no cotidiano do sistema escolar.

Lourenço Júnior (2007) defende que entre as mudanças ocorridas nos períodos que marcam a história da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

²⁶ Como reação às atitudes arbitrárias e violentas, surgiram entre os estudantes os movimentos de luta armada. Havia alguns estudantes que apoiavam o regime militar, como os alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Porém, a maior parte do movimento estudantil foi presa em 1968, no congresso organizado pela UNE em Ibiúna, no interior de São Paulo. (SAVIANI, 2010.)

²⁷ Na opinião de Saviani (2010), durante a era getulista as escolas públicas possuíam melhor qualidade que as privadas.

(nº 9.394 de 20/12/96) marca o cenário das políticas educacionais por processos de grande flexibilização, seja administrativa, técnica ou pedagógica e, ainda, no que diz respeito aos processos de avaliação sistemática das instituições e do próprio sistema Federal, Estadual ou Municipal. A LDB ocasiona, assim, um ritmo acelerado e com fortes influências no surgimento de políticas e programas, com maior participação das instâncias normativas, de interpretação e aplicação das leis.

Esse panorama de mudanças que envolve os atos legais, nem sempre é do conhecimento dos professores, gestores e até mesmo dos estudantes. Porém, Santos (2012) alerta ser necessário que todos tenham à sua disposição uma visão sistêmica e elementos críticos, marcados por uma linguagem compreensiva que os torne conhecedores da organização do sistema educacional brasileiro e das políticas educacionais que os instituem e constituem através dos debates de planos e programas na legislação vigente.

Rosário e Dieguez (2009) afirmam que a educação é o conjunto de ações, fatores e influências que agem sobre o homem com vistas a prepará-lo para a vida no meio social. Ela visa formar um homem integral, por isso envolve o desenvolvimento da personalidade nos aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, a fim de prover nos indivíduos as qualidades e capacidades humanas necessárias para a vida em sociedade, ou seja, a sua relação com o mundo.

Toda educação é intencional, principalmente a que acontece no sistema escolar, esta demarcada por princípios e fins, que aparecem no texto da Constituição Federal de 1988 e que são confirmados na Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, dando direcionamentos à educação que é oferecida nas escolas.

Assim, promulgada a Constituição Federal de 1988, foi dada continuidade ao processo político, e ao mesmo tempo instalado o Regime Democrático de Direito e as consequentes mudanças em todas as áreas governamentais. Esses indicativos, segundo Rosário e Dieguez (2009), permitem compreender as mudanças relacionadas ao planejamento e à gestão da Educação, de maneira mais específica sobre os anos de 1990 – processo que se denominava modernização do Estado brasileiro, cujo objetivo era a concretização da Reforma de Estado, a superação da crise de ordem econômica e a reivindicação da democracia de volta ao cenário nacional.

A abertura política com o princípio de redemocratização do Estado de direito, trazidos pela nova Carta Constitucional para Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentam no Brasil um sistema institucionalizado e por isso essa compreensão alarga a responsabilidade sobre a escola, por ela estar caracterizada como uma estrutura

hierarquizada, institucional em suas intencionalidades. Porém, para Santos (2012), esse conhecimento não pode ser estanque e nem dissociado histórica e socialmente, pois é o resultado de um processo histórico e para transformar o presente é preciso conhecer o passado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o resultado de tudo o que se analisou até agora. Além de que sua leitura, na íntegra, é imprescindível a todo aquele que almeja e escolhe a profissão docente, não há como ignorá-la, pois, ela traça todos os parâmetros e princípios da educação nacional, nada pode fugir a estes princípios, pois estão ancorados na Constituição Brasileira vigente, de 1988.

Demo (1997) ensina que dois grupos distintos debateram a nova LDB ao longo do tempo em que ela tramitou sendo um deles reconhecido como projeto Jorge Hage, que se constituiu numa série de debates envolvendo vários setores da sociedade, por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo o resultado dessas discussões apresentado posteriormente à Câmara dos Deputados. Paralelo a esse grupo, surge também um grupo de discussão coordenado pelo senador Darcy Ribeiro que articula suas ideias junto ao executivo, por intermédio do Ministério da Educação.

Para Demo (1997), a principal diferença entre essas duas correntes de pensamento é a questão do papel e autonomia do Estado sobre a educação nacional. A proposta Jorge Hage girava em torno da preocupação com os mecanismos de controle social do sistema educacional, ao passo que o grupo liderado por Darcy Ribeiro defendia que o controle estivesse nas mãos do governo. O resultado dessas discussões gerou a atual LDB e fica nítido ao longo de sua leitura que existem alguns pontos que foram levantados pelo primeiro grupo, embora as ideias que serviram como pano de fundo, tenham sido as levantadas pelo grupo de Darcy Ribeiro, com o apoio do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

No que diz respeito à Constituição Federal Brasileira de 1988, precisamente em seus artigos 205 e 206²⁸, a educação brasileira tem como seu principal objetivo o pleno

²⁸ Para atender a tais objetivos, o ensino deve ser ministrado tendo como parâmetro os seguintes princípios, definidos no Art. 206:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

desenvolvimento do sujeito e seu preparo para o pleno exercício da cidadania, além de sua qualificação para a inserção no mercado de trabalho.

A LDB/96 regulamentou o que foi tratado sobre educação na Constituição Federal abordando a educação escolar, mas não se limitando apenas a ela, uma vez que apresenta uma visão ampliada da mesma. O título V da lei trata a educação escolar composta em níveis: educação básica, que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, além da educação superior.

Santos (2012) argumenta que não se pode negar que a LDB/96 proporcionou ao país a revisão de sua trajetória, com destaque para dívidas sociais, que respondeu a anseios de democratização do acesso ao sistema escolar. Um dos aspectos relevantes para essa constatação na Lei foi a noção de sistema em sua definição de educação, fazendo com que as responsabilidades pelo processo formativo fossem expressadas e caracterizando a escola entre esses processos em sua atividade de formação qualificadora do ser humano pelo acesso ao conhecimento, pelos vínculos com a prática social e o mundo do trabalho²⁹.

Sem dúvida, a Lei representou um marco legal, por ter contemplado em seus princípios um teor social como parâmetro que indica seus objetivos e metas e que estão muito claros em seus princípios, deveres e direitos, com valores bastante objetivos.

Santos (2012) considera que a LDB da Educação Nacional possui suas limitações e não é totalmente perfeita e traz no seu texto algumas confusões conceituais, como, por exemplo, quando emite seu conceito de responsabilização, traz parâmetros confusos e limitados quanto às competências, deixando, assim, uma estrutura frágil quanto às responsabilidades, o que, de certa forma, ainda tem causado grandes problemas para as mais diferentes realidades das escolas.

Demo (1997) já afirmava que é importante destacar que a LDB/96 possui características relevantes, com eixos que podem ser considerados um avanço importante em

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988, p.1).

²⁹ Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

termos de legislação educacional. Esses aspectos podem ser devidamente observados, por exemplo, quanto ao conceito de educação e sua vinculação com o mundo do trabalho e às práticas sociais. Outro eixo importante é o pluralismo de ideias pedagógicas e formas de organização do sistema de ensino atendendo as especificidades e as peculiaridades regionais.

A LDB/96 também apresenta algumas modalidades distintas de Educação: educação de jovens e adultos, profissional, educação especial e Educação a Distância. Essas modalidades são destinadas aos alunos que não tiveram, em idade específica, acesso ao ensino fundamental e médio ou continuidade de estudos nesses níveis de ensino e também àqueles que almejam o ensino superior. A LDB/96 estimula o acesso e a permanência do trabalhador nos bancos da escola.

Em seu texto é citado que os sistemas de ensino são responsáveis pela garantia da gratuidade de ensino nessas modalidades. Santos (2012) ressalta que não há um melhor detalhamento na versão final do documento, ficando pouco definido quais ações devem ser desenvolvidas, com vistas a garantir o ingresso e permanência de jovens e adultos na escola.

A Educação para Jovens e Adultos-EJA prevê cursos e exames supletivos a realizar-se no nível de conclusão do ensino fundamental, para alunos que tenham mais que quinze anos de idade, prevendo ainda para alunos maiores de 18 anos a realização de exames para a conclusão do ensino médio.

O governo federal também começou a fundar escolas agrícolas para formar técnicos agropecuários, assim como também as Escolas Técnicas Federais, para formar técnicos industriais. As escolas técnicas foram renomeadas como Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), para que posteriormente algumas serem transformadas nas Universidades Federais Tecnológicas.

Dados disponíveis no Portal da Educação mantido pelo MEC, informam que a origem das Escolas Técnicas Federais remonta ao ano de 1959, quando o Poder Executivo assumiu parte dos processos de formação da força de trabalho necessária para que a indústria concluísse seu ciclo de crescimento. Isso aconteceu primeiro através da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto nº 47.038 de 16 de novembro daquele mesmo ano. Em 1994, a Lei Federal nº 8.948, de 8 de dezembro, estabeleceu a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's). Os CEFET's ministram cursos de longa duração e são totalmente gratuitos³⁰, enquanto os

³⁰ São mantidos pelo governo federal.

cursos oferecidos pelo Sistema S são na sua maioria de média e curta durações, com cobrança de mensalidade (BRASIL, 2014).

A modalidade Educação Profissional deve estar ligada às outras formas de educação, à ciência, à tecnologia e ao trabalho, objetivando o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida como um todo. Para que ocorra, deve ser desenvolvida de forma articulada com o ensino regular, por meio de diferentes estratégias de educação continuada em espaços especializados ou no próprio ambiente de trabalho. É destinada a alunos matriculados no ensino fundamental, médio, ou superior, ou egressos deles, além de trabalhadores, quer sejam jovens e ou adultos. Os cursos dessa modalidade apresentam-se em três níveis, a saber: básico, técnico e tecnológico (BRASIL, 2014).

Conforme o Decreto nº 2.208, assinado em 17 de abril de 1997, em seu artigo 3º, a educação profissional no nível básico, técnico e tecnológico é destinada:

- I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997, p.1).

Entende-se por nível básico a modalidade educação não formal, de duração variável, que não está sujeita a nenhuma regulamentação curricular. Já o nível técnico se difere pela organização curricular própria e que independe do ensino médio, seguindo diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Suas disciplinas podem ser agrupadas por módulos, e esses devem ter caráter terminativo, assegurando o direito à certificação de qualificação profissional. A junção de certificados de determinada habilitação profissional dá direito a diploma de técnico em nível médio. Já os cursos de nível superior asseguram diplomação de tecnólogo. (BRASIL, 2014.)

Para Saviani (2007) a Reforma do Ensino Técnico (Lei nº 1.603/96) foi uma medida que fez parte de uma política mais ampla: a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, sob a justificativa de que, para atingir o desenvolvimento econômico, era necessário o uso de tecnologias modernas que, por sua vez, exigiam recursos humanos capacitados.

Saviani (2007) afirma que a Reforma do Ensino Técnico seguiu a lógica das políticas educacionais, sendo regida pela racionalidade financeira. Além disso, tais políticas repousam não mais no reconhecimento da universalidade do direito à educação em todos os níveis, mas no princípio da equidade, que significa tratamento diferenciado de acordo com as demandas

da economia. O investimento em educação é norteado pela ideia de que o Estado só pode arcar com as despesas que resultem em retorno econômico.

Ainda sobre a Reforma do Ensino Técnico, Saviani (2007) lembra que esta insistiu, num primeiro plano, pela via do sistema público de ensino menos flexível, ocorrendo a formação de caráter geral, terreno básico sobre o qual se constroem as capacitações profissionais. Num segundo plano, tal construção deveria se realizar de modo ágil e flexível, pelas agências de formação profissional, para atender urgentemente às demandas dos diferentes setores econômicos, sobretudo os que vinham introduzindo novas tecnologias.

CAPÍTULO II - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E O SISTEMA S

Não apenas o governo, como também a iniciativa privada faz parte do esforço em formar a mão de obra qualificada para o parque industrial brasileiro. As associações empresariais dos estados, em acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fundaram o sistema “S”, inicialmente formado pelo SENAI-SENAC. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tem como função formar os técnicos das empresas. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) fomenta a qualificação dos funcionários do comércio.

Apresenta-se a seguir um cronograma das principais mudanças ocorridas na Educação Profissional no Brasil a partir da proclamação da República até o final do século XX. São momentos que transformaram gradualmente a estrutura e a qualidade da educação profissional, culminando na criação e expansão do sistema S.

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.

1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.

Fonte: RAMOS, M. N. A educação profissional no contexto da educação nacional, 2014.

De acordo com Aranha (1996), o movimento estudantil brasileiro se organizou nos anos de 1930, com a fundação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (fundada em 25 de julho 1948, na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro) e da União Brasileira dos Estudantes (UNE, criada em 11 de agosto de 1937). Ambas as instituições estavam ligadas ao ideal nacionalista dos governos Getúlio Vargas (que se divide em três períodos de governo: Provisório – 1930 -1934; Constitucional – 1934-1937 e o Estado Novo – 1937-1945) e João Goulart (1961-1964)³¹.

Cunha (2005a, p. 33) afirma que Getúlio Vargas solicitou aos seus ministros, em 1940, que elaborassem o esboço de um novo formato institucional para a aprendizagem industrial e, apesar dos inúmeros conflitos de interesse entre o Ministério do Trabalho e as federações empresariais, saiu um mês depois, “o decreto-lei³² que criou o Senai, cujo estatuto foi elaborado pela CNI, reforçando o ‘federalismo’ dos industriais paulistas”.

A formação de recursos humanos capazes de sustentar o progresso da economia brasileira foi a razão que levou os empresários a investir de forma maciça na formação do capital humano. Essa necessidade foi sentida já nos anos de 1940 e o setor industrial, liderado então por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, decidiu criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), manifestando ao governo o propósito de fundar e administrar uma entidade de âmbito nacional com financiamento garantido por contribuição compulsória de todos os industriais. O SENAI tem por resultado ser um sistema de formação profissional que beneficia as empresas e os trabalhadores.

Ainda sobre o desenvolvimento do ensino técnico industrial no governo getulista, Cunha (2005a, p. 38-9) afirma:

³¹ Segundo Aranha (1996), a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi apoiada pelos estudantes. Também as campanhas pela nacionalização da exploração de petróleo contaram com a participação estudantil.

³² Cunha (2005^a, p. 36) afirma que o Decreto-lei nº 4.078, de 30/01/1942 “trouxe, como principal inovação, o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então, conteúdo exclusivamente geral”.

Em 1942, com a “lei” orgânica, o ensino técnico industrial foi organizado como um sistema, isto é, passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, articulando-se com os demais cursos. Para isso, concorreram vários fatores. Aumentou a procura por técnicos industriais em virtude da expansão da produção em certos setores da economia, cresceu a necessidade de racionalização do uso dos recursos energéticos e das matérias-primas; procedeu-se à substituição de pessoal estrangeiro de alta qualificação; impôs-se a necessidade de formação de docentes para os cursos de aprendizagem; e, finalmente, mas não secundariamente, alunos e ex-alunos pressionaram pelo reconhecimento dos cursos existentes de modo a terem assegurados privilégios ocupacionais.

Zotti (2004) explica que com o fim do Estado Novo, houve uma grande disputa política, que caracterizou os debates sobre a educação entre 1945 e 1964, incluindo a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Uma das principais polêmicas era se o ensino deveria ser laico ou religioso. Polêmicas que eram refletidas nas disputas eleitorais para a presidência da república.

Sobre isso, Cunha (2005^a, p. 43) escreve:

A queda do Estado Novo não foi capaz de deter, de imediato, a dinâmica do processo de constituição do aparelho escolar que se esboçava desde os primeiros dias da Era Vargas. Ainda em 1946, foram promulgados decretos-leis que deram nova organização ao ensino agrícola, ao normal e ao primário. No âmbito do ramo comercial do ensino médio, por analogia ao que ocorreu no industrial, foi regulamentada a aprendizagem, criando-se em 1943, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac.

Dentre os presidentes, um dos que mais se destacou em relação à educação na história recente do Brasil foi Juscelino Kubistchek. Zotti (2004) lembra que a educação no governo Juscelino Kubistchek foi um dos temas dos Planos de Metas. E uma das metas era, justamente, construir uma universidade federal em cada capital de estado da federação. Isso possibilitou uma melhora geral no ensino brasileiro, ao aumentar as portas de acesso ao ensino superior.

2.1 Contextualização do Sistema S no Brasil

O conceito de Sistema S foi muito debatido e, alguns, são os doutrinadores administrativistas que se debruçam sobre o assunto. Meireles (2005, p. 336), menciona o Sistema S como:

São Serviços Sociais autônomos, instituídos por lei, com personalidade jurídica de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotação orçamentária ou contribuições parafiscais. São entes paraestatais de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo-se na forma de

instituições convencionais particulares (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias.

Mazza (2011, p. 152) define os Serviços Sociais Autônomos como sendo “pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legislativa e que compõem o denominado Sistema S”. Ele classifica essas entidades na categoria de paraestatais que são entes que colaboram com o Estado exercendo atividades não lucrativas e de interesse social. São organizações que desenvolvem suas atividades paralelamente às ações implementadas pelo poder público.

Para Bandeira de Melo (2004, p. 209), são “pessoas privadas que colaboram com o Estado desempenhando atividade não lucrativa” e às quais “o Poder Público dispensa especial proteção, colocando a serviço delas manifestações de seu poder de império, como o tributário, por exemplo”³³.

Para Gomes (2005, p. 267), o conceito de Sistema S se confunde com o de Serviço Social Autônomo, uma vez que tais entidades constituem “conjunto de organizações das entidades corporativas empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social, e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares”.

Mazza (2011, p. 154) ao mencionar os Serviços Sociais Autônomos enuncia as características indispensáveis ao seu perfeito enquadramento dentro dos entes de cooperação:

São pessoas jurídicas de direito privado; criados mediante autorização legislativa; não tem fins lucrativos; executam serviço de utilidade pública, e não serviço público; produzem benefícios para grupos ou categorias profissionais; não pertencem ao Estado; são custeados por contribuições compulsórias pagas pelos sindicalizados (art. 240 da CF), sendo exemplo de parafiscalidade tributária (art. 7º do CTN); os valores remanescentes dos recursos arrecadados constituem superávit, e não lucro, devendo ser revestidos nas finalidades essenciais da entidade; estão sujeitos a controle estatal, inclusive por meio dos tribunais de contas; não precisam contratar mediante concurso público; estão obrigados a realizar licitação (art. 1º da lei 8666/93); são imunes a impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços (art. 150, VI, c, da CF).

Pode-se inferir da análise do que é o Sistema S, que ele compreende um conjunto de entidades privadas ligadas ao setor produtivo brasileiro atuando na prestação de serviços de utilidade pública, tanto sociais como educativas. Foram criadas pelo Poder Público com fonte

³³ Não abrange as sociedades de economia mista e empresas públicas; trata-se de pessoas privadas que exercem função típica (embora não exclusiva do Estado), como as de amparo aos hipossuficientes, de assistência social, de formação profissional. O desempenho das atividades protetórias próprias do Estado de polícia por entidades que colaboram com o Estado, faz com que as mesmas se coloquem próximas ao Estado, paralelas a ele”. (BANDEIRA DE MELO, 2004, p. 209).

de receitas públicas específicas, sem prejuízo daquelas obtidas por arrecadação própria. Dentre as instituições que integram o Sistema, destacam-se, por seu porte e presença nacional, as vinculadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e à Confederação Nacional do Comércio (CNC).

2.2 História do Sistema S

De acordo com Aranha (1996, p. 75), depois da Primeira Grande Guerra Mundial, com a industrialização e a urbanização formou-se uma nova burguesia urbana e “estratos emergentes de uma pequena burguesia passou a exigir o acesso à educação. Retomando, porém, os valores da oligarquia, estes segmentos aspiram à educação acadêmica e elitista e desprezam a formação técnica, considerada inferior”. Os trabalhadores passam a exigir um mínimo de escolarização, e daí começam as pressões para a expansão da oferta de ensino.

Ainda segundo Aranha (1999), o projeto nacional de industrialização do governo Getúlio Vargas incluía a preparação do trabalhador para o mercado. Esse preparo aconteceu com a participação efetiva dos empresários, que vão gerenciar, junto com o governo, os recursos captados de maneira compulsória, quase sempre através de descontos em folha de pagamento.

Cunha (2005^a, p. 47-8) afirma que:

O protagonismo do governo Vargas na criação do Senai não se resumiu ao ato de induzir a Confederação Nacional da Indústria a organizar e dirigir o novo órgão. Ele determinou, também, que a CNI deveria elaborar um projeto de regimento interno para submetê-lo ao Ministério da Educação.³⁴ Avaliado por este, seria, então, levado ao presidente da República que, finalmente, o aprovaria por decreto. Desse modo, a intervenção do Estado se fez sentir, inicialmente, nos menores detalhes da organização e funcionamento do Senai³⁵.

Cunha (2005^a, p. 50) também esclarece que, no início, o âmbito de atuação do Senai foi definido como o das “indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria”, que eram obrigadas a contribuir com o Sistema (na ocasião representado pelo Senai), que lhe retribuiria com a oferta de cursos para seu operariado. Foi somente em 1942 que o âmbito de atuação do Senai foi ampliado para outros trabalhadores, além dos industriários, com a

³⁴ O Senai foi vinculado, desde sua criação, ao Ministério da Educação, o que só foi alterado pelo Decreto nº 74.296, de 16 de julho de 1974, que o vinculou ao Ministério do Trabalho. (CUNHA, 2005^a, p. 47.)

³⁵ Essa intervenção ocorreu, no mínimo, apenas de forma confirmativa. (CUNHA, 2005^a, p. 48.)

inclusão “das empresas de transporte, de comunicação e de pesca³⁶”, que passaram a contribuir e usar os serviços de aprendizagem.

Também se encontra em Cunha (2005^a, p. 51) a lista dos “ofícios qualificados nos diversos grupos industriais, regulamentada para o Senai pela Portaria nº 470, de 7 de agosto de 1946, após a aprovação do Ministério da Educação:

Indústria da alimentação – padeiro e confeitiro; açougueiro e salsicheiro.
 Indústria de vestuário – sapateiro, alfaiate, bordadeira, chapeleira e costureira.
 Indústria da construção civil e mobiliário – carpinteiro, marceneiro, torneiro de madeira, entalhador, tanoeiro, segeiro, vimeiro e tapeceiro estofador; pedreiro, estucador, marmorista, canteiro, instalador de águas, esgotos e gas, pintor.
 Indústrias de fiação e tecelagem – gravador têxtil, fiandeiro de algodão, lã, seda ou linho, fiandeiro de lã, fiandeiro de linho, juta e outras fibras, tecelão de tecidos em geral e tecelão de malharia.
 Indústria de artefatos de couro – seleiro (incluindo correiro e maleiro), marroquineiro, luveiro, peleteiro.
 Indústrias de joalheria e pedras preciosas – cinzelador, joalheiro, lapidário, relojoeiro.
 Indústrias químicas e farmacêuticas laboratorista
 Indústrias gráficas – compositor manual, mecanotipista, impressor, litógrafo, fotogrador, gravador, encadernador, dourador.
 Indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana – vidreiro, lapidador de vidros e cristais, decorador de vidro, modelador ceramista, moldador ceramista, torneiro ceramista, decorador ceramista.
 Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico – ajustador, serralheiro, latoeiro (funileiro), caldeireiro, ferreiro, mecânico de automóveis, mecânico de refrigeração, mecânico de manutenção, ferramenteiro, retificador mecânico, torneiro mecânico, frezador, fundidor-moldador, modelador de fundição, soldador, mecânico-eletricista, mecânico de rádio, eletricitista-instalador, mecânico de instrumentos, mecânico de tubulações.
 Transportes marítimos e fluviais – carpinteiro naval.

Romanelli (1987) menciona a ampliação do ensino técnico no Brasil, que começou na década de 1940, através das seguintes Leis Orgânicas³⁷:

- Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que organizou o ensino comercial;

³⁶ O Senai se chamava, primeiramente, Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários. A partir do Decreto-lei nº 4.936, de 7 de setembro de 1942, passou a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, abrangendo, então, o ensino de ofícios que não eram próprios dos “industrializados”, como os de marítimos, aviários, pescadores, telefonistas etc. (CUNHA, 2005a, p. 50.)

³⁷ Nota-se que as duas primeiras legislações foram editadas em pleno Estado Novo e no contexto da 2ª Guerra Mundial. Foi justamente nesse período que começou, no Brasil, a fase de substituição das importações, decorrentes muitas vezes das necessidades da guerra. Tal processo é justificado pelo fato de que era preciso satisfazer o desejo de consumo, num momento em que as importações de produtos industrializados estavam prejudicadas pelo já mencionado conflito bélico. A solução era expandir o setor industrial brasileiro e isso dependia, naturalmente, do crescimento da mão de obra. (ROMANELLI, 1982, p. 49.)

- Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

No site do Senai (2014), encontra-se uma retrospectiva histórica do Sistema S, esclarecendo que à época do seu processo de formação, nos meados da década de 1940, duas vertentes surgiram para fundamentar suas bases, ainda incipientes. De um lado, a Indústria, representada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), tinha o objetivo de um aprendizado destinado à formação de mão de obra que suprisse suas próprias demandas. Do outro, o Ministério da Educação e Saúde, representado pelo Ministro Gustavo Capanema, propunha uma concepção mais abrangente, que contemplasse a capacitação profissional em conformidade com as demandas dos industriários, mas que também abrangesse uma formação mais geral do indivíduo. Vale ressaltar que nessa época os dois setores já defendiam posições opostas. (SENAI, 2014)

Romanelli (1987) acrescenta que a Reforma Capanema de 1942 reproduziu a dualidade do sistema educacional brasileiro, estabelecendo, então, os cursos médios de 2º ciclo para as elites, científico e clássico, com três anos de duração, preparando o estudante para o ingresso no ensino superior. Já a formação profissional começa a acontecer, também em nível médio de 2º ciclo, através dos cursos agrotécnico e comercial técnico, entre outros, sempre possuindo terminalidade neles mesmos.

Moraes (1999, p. 76) afirma que historicamente, “o setor produtivo pouco recorreu ao Estado para a qualificação de seus trabalhadores em face da especificidade dos processos produtivos, do segredo industrial, da competitividade, da rapidez, da dinamicidade do mercado”. Diante disso, optou por constituir sua própria rede, financiando-a com recursos públicos, “mas que são apresentados como provenientes do setor privado”.

Santos (2012) lembra que foi nesse contexto que surgiram os ideais conhecidos como escolanovistas que defendiam, entre outras coisas, a educação obrigatória e gratuita como dever do Estado e o combate ao sistema dual de ensino. Diversos grupos sociais vão entender, nesse momento, a educação como um instrumento de emancipação da sociedade e de busca de cidadania.

De acordo com Cunha (2005a, p. 61), na década de 1960, as escolas de aprendizagem receberam nova denominação e passaram a ser chamadas de centros de formação profissional, focalizando a atuação do Sistema S, em especial do Senai, sobre o aumento de trabalhadores “incorporados à indústria sem qualificação formal e, mais ainda, pelo crescimento relativo do contingente de operários semiqualeificados no conjunto da força de trabalho”.

Sobre a evolução do Sistema S, Cunha (2005a, p. 63) faz uma síntese sobre a história do Senai, que traz em seus esclarecimentos as mudanças ocorridas em toda a rede de aprendizagem profissional:

Durante as primeiras cinco décadas de sua existência, as atividades do Senai sofreram os efeitos de duas ondas bem marcadas de mudanças no setor produtivo. A primeira onda ocorreu nos anos 50 e 60, quando a aprendizagem – a atividade justificadora do Senai – foi cedendo a primazia quantitativa a atividades de duração mais curta, com apenas algumas dezenas de horas, denominadas treinamento, que chegaram a constituir a maioria das matrículas. Nos anos 70, por razões primeiramente mais ligadas à política educacional do que ao setor produtivo, foi a vez da outra ponta: cursos técnicos de nível médio foram criados, voltados para certas especialidades.³⁸

Santos (2012) explica que as verbas que financiam as ações das entidades que integram o Sistema S são descontadas sobre a folha salarial, com natureza de contribuição compulsória. As várias unidades do Sistema prestam seus serviços em complementação às ações desenvolvidas pelo aparelho estatal, e, apesar de não integrarem a administração pública direta ou indireta, administram recursos oriundos do Poder Público que os instituiu, arrecada e repassa.

Segundo explica Santos (2012), foi fechado um acordo entre as Confederações patronais e o MEC, que resultou na edição de três decretos, nº 6.633, nº 6.635 e nº 6.637/2008, que tiveram publicação simultânea em 5/11/2008, e que inovaram os respectivos regulamentos do SENAI, SESI, SESC e SENAC.

A proposta efetivada no Decreto nº 6.633/2008, art. 51, para o Senac determinou o cronograma a ser cumprido por este órgão até 2014, destinado a programas de gratuidade, iniciando com vinte por cento, a ser atingido em 2009, até sessenta e seis por cento a ser atingido em 2014. Para o SENAI, o Decreto nº 6.635/2008 (art. 68) determinou o seguinte cronograma para o mesmo período: iniciar com cinquenta por cento em 2009 e sessenta e seis por cento a partir de 2014. Quanto ao Sesi, apesar de também cumprir cronograma semelhante, estipulado pelo Decreto nº 6.637/2007 (art. 69), dividiu-se no cumprimento de duas metas: uma para educação, entre vinte por cento em 2009 até trinta e três por cento a

³⁸ “Ao contrário das escolas técnicas federais, cujos cursos são mais generalistas, a maioria dos cursos técnicos oferecidos pelo Senai são mais especializados, como, por exemplo, técnico em controle de qualidade de alimentos, técnico em cerâmica, técnico em plásticos, técnico em refrigeração e ar condicionado, técnico em transportes rodoviários. Mas, outros cursos técnicos oferecidos pela instituição, embora minoritários, têm amplitude similar aos da rede federal, como técnico em edificações, técnico em eletrônica e técnico em eletrotécnica. O Senai entrou no âmbito do ensino técnico industrial, não como resultado de sua implantação, mas por indução governamental.” (CUNHA, 2005a, p. 63-4.)

partir de 2.014 e outra destinada à gratuidade, com seis por cento em 2009 até dezesseis por cento a partir de 2.014. (BRASIL, 2014b.)

2.3 Entidades que integram o Sistema

O Sistema S foi lançado, tendo como marco inicial o Decreto-Lei nº 4.048, de 22/01/1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, depois vieram os Decretos-Lei nºs 4.073, de 30/01/1942 e 4.481, de 16/06/1942 e o Decreto-Lei nº 6.141, de 28/02/1943, respectivamente, Leis Orgânicas do ensino industrial e Lei Orgânica do ensino comercial. Alexandrino (2011) ensina que na década de sessenta, pelo Decreto nº 494/1962, foi aprovado o Regimento do Senai e, um ano depois, o Decreto nº 61.843/1967 aprovou o Regimento do Senac. Ambos ratificaram os objetivos instituídos pelas normas de criação englobando as aprendizagens industrial e comercial.

Alexandrino (2011, p. 143) menciona os outros entes do Sistema, tais como:

- SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
- SESC - Serviço Social do Comércio;
- SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo;
- SESI - Serviço Social da Indústria;
- SEST - Serviço Social de Transporte;
- SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte;
- DPC - Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha;
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- Fundo Aeroviário - Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica.

Pode-se afirmar que ligados ao setor industrial e comercial, respectivamente, tem-se o Senai e o Senac, com atuação nos processos de aprendizagem; e com o objetivo de atuar na assistência social, e também manter atividades voltadas para a educação, tem-se o Sesi e o Sesc.

Alexandrino (2011) lembra que a principal fonte de receita do Sistema “S” ainda vem das contribuições incidentes sobre a folha de salários das empresas pertencentes à categoria correspondente, sendo descontadas regularmente e repassadas às entidades, para financiar atividades que visem o aperfeiçoamento profissional através da educação e à melhora da qualidade de vida dos trabalhadores.

Para o senador Ataídes de Oliveira, autor do livro "Caixa-Preta do Sistema S" as entidades que compõem o Sistema S, não são as mesmas de Alexandrino, dessa forma demonstraremos informações detalhadas sobre cada entidade do Sistema S, de acordo com o

senador em função da sua obra ter sido publicada em 2014, devendo, portanto, estar mais próxima da realidade.

A seguir transcrevemos o quadro com os detalhes:

Entidade	Legislação	Finalidade	Alíquota de contribuição
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Decreto Lei 4.936/42, de 22 de janeiro de 1942	Oferecer cursos profissionalizantes para trabalhadores da indústria	1% sobre o total bruto das folhas de pagamento das indústrias.
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)	Decreto Lei 8.621/46 e 8.622/46 de janeiro de 1946	Oferecer aprendizado e treinamento para trabalhadores do comércio	1% incidente sobre o total da folha de pagamento do comércio.
Serviço Social da Indústria (Sesi)	Decreto Lei 90.043/46, de 25 de junho de 1946	Oferecer lazer, saúde, esportes e bem-estar social para trabalhadores da indústria.	1,5% sobre o total da remuneração paga aos trabalhadores do indústrias.
Serviço Social do Comércio (SESC)	Decreto Lei 90.043/46, de 13 de setembro de 1946	Oferecer lazer, saúde, esportes e bem-estar social para trabalhadores do comércio.	1,5% sobre o total da remuneração paga aos trabalhadores do comércio.
Serviço de Apoio à Pesquisa e Média Empresa (SEBRAE)	Criado em 1972 como CEBRAE, órgão do governo, e transformado em SSA pelo Decreto	Apoio para treinamento e consolidação de micro, médio e pequenos	0,6% sobre folhas de pagamento de todas as empresas, com exceção de publicidade,

	99.570, de 1990.	empresários.	profissionais liberais, condomínios, creches e escolas, clubes de futebol profissional e entidades esportivas.
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Criado pela Lei 8315, de 23 de dezembro de 1991.	Organizar e administrar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação.	2,5% sobre total da remuneração paga aos trabalhadores na agricultura, na agroindústria, sindicatos, federações e confederações rurais..
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)	Lei 8.706, de 14 de setembro de 1993, que atribui à CNT a tarefa de criar, organizar e administrar o Senat.	Treinar e aperfeiçoar os trabalhadores em transportes rodoviários e autônomos.	1% sobre o montante da remuneração paga aos empregados de empresas de transporte rodoviário ou sobre contribuição previdenciária de autônomos.
Serviço Social do	Lei 8.706, de 14 de	Cuidar do bem estar	1,5% sobre folhas

Transporte (SEST)	setembro de 1993	social, assistência médica, lazer e esportes para os trabalhadores rodoviários e em transportes em geral	de pagamentos das empresas de transporte rodoviário ou sobre contribuição previdenciária de autônomos.
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)	Medida Provisória nº 1.715/98 e Decreto 3017/99	Formação e treinamentos de cooperados, empregados e dirigentes de cooperativas, para que atuem no mercado globalizado em igualdade de condições.	2,5% sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados de cooperativas.
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex)	Lei 10.668, de 14 de maio de 2003	Promoção comercial de exportações, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial de serviços e tecnológica	Alíquota adicional sobre as demais contribuições sociais, doações, rendas de alugueis. Subsidiária: SESI, SENAI, SESC, SENAC.
Agência Brasileira de	Lei 11.080, de 30 de dezembro de	Promover políticas de desenvolvimento	Alíquota adicional sobre as demais

Desenvolvimento Industrial (ABDI)	2004	industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.	contribuições sociais. Subsidiária: SESI, SENAI, SESC, SENAC.
-----------------------------------	------	---	--

Fonte: Oliveira, A. Caixa-preta do sistema S, p. 9

No quadro exposto, anteriormente, foram detalhadas as onze entidades que compõem o Sistema S, com as respectivas legislações que amparam as suas criações, bem como suas finalidades específicas e ainda as alíquotas referente as contribuições compulsórias sobre a folha de pagamento bruto de cada classe, vale salientar que essa contribuição pode chegar a um percentual de 3,1% para cada ente do Sistema S.

2.4 Algumas reflexões sobre o Sistema S

Gomes (2005) defende que a educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia, seja pelo efeito direto sobre a melhoria da produtividade do trabalho – formação de trabalhadores mais eficientes, capital humano – seja pelo aumento da capacidade do país de absorção e geração de novas tecnologias.

Para Gomes (2005), o posicionamento competitivo da indústria brasileira está apoiado na agregação de valor e na inovação. É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação e comunicação (TICs), no desenvolvimento de competências profissionais adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade.

Ramos (2014) destaca que a contínua mudança nos processos produtivos – com incorporação crescente de tecnologia – gera progressivas e significativas variações nas competências requeridas para o trabalho, com impacto no perfil demandado pelo mercado de

trabalho, em especial pela indústria. Acentua-se a cada ano a tendência de contratação de recursos humanos com maior escolaridade, de nível médio e superior, além de tecnólogos.

Ramos (2014) exemplifica com os setores de extração de petróleo e de fabricação de máquinas e equipamentos eletrônicos que nas últimas cinco décadas recrutaram mais de 70% de seus profissionais com esses níveis de formação. Essa tendência deve se acentuar progressivamente no Brasil, como acontece em todo o mundo, evidenciando o desafio de ampliar a oferta de educação profissional. O baixo nível de escolaridade da força de trabalho é um dos principais limitadores do crescimento no País.

Em resposta a tais mudanças, o Sistema S orienta-se para ações voltadas para a elevação da escolaridade básica, da educação continuada e da capacitação profissional para os trabalhadores brasileiros.

Manfredi (2002) explica que a demanda por recursos humanos mais qualificados nas empresas tem impacto sobre o conteúdo da formação dos novos profissionais e requer a modernização da infraestrutura tecnológica das escolas e dos seus laboratórios. Exige-se educação continuada – ou aprendizagem ao longo da vida – em ambiente cada vez mais flexível, no formato e nos conteúdos.

Na educação básica e continuada, o Sistema S persegue dois objetivos centrais em sua atuação. O primeiro consiste na melhoria das condições técnicas e pedagógicas, que compreende a ampliação do tempo de permanência de crianças e jovens na escola, a aquisição de recursos paradidáticos e a formação do educador. O segundo está voltado para a expansão da oferta de educação básica e continuada, com prioridade para o trabalhador da indústria e do comércio (SENAI, 2015).

A viabilidade de execução dessas metas supõe forte parceria com as instituições representativas dos setores produtivos industriais e o desenvolvimento de currículos contextualizados, que, além dos conteúdos relacionados à educação básica, abordem os de educação profissional, segundo Ramos (2005).

De acordo com Manfredi (2002), a tendência internacional é, inicialmente, priorizar os cursos de formação generalista, para, em seguida e no âmbito da empresa, se fazer o aprofundamento da especialização, de acordo com as exigências dos novos padrões tecnológicos.

Com isso, o Sistema S opta por iniciativas voltadas para a reformulação das metodologias de ensino e conteúdos educacionais e para o reaparelhamento da infraestrutura existente.

Manfredi (2002) esclarece que a educação continuada é um processo permanente de aprendizagem e de incorporação de conhecimentos gerados pelo progresso científico e tecnológico, propiciando o desenvolvimento pessoal e profissional. A educação ao longo da vida aplica-se a todos, a qualquer tempo e com motivações e objetivos os mais diversos: para ampliar ou aperfeiçoar conhecimentos; para aperfeiçoar a formação profissional; para dar resposta ao senso ético e estético; para desenvolver competências relacionadas à vida familiar e pessoal.

A educação profissional é um conceito que ultrapassa os limites da escola. Para o Sistema S, é a maneira de emancipar o indivíduo pelo trabalho. O projeto educacional visa à formação de cidadãos capazes de atuar de maneira autônoma, crítica, consciente e participativa no ambiente de trabalho e na vida cotidiana (SENAI, 2015).

Manfredi (2002) defende que a formação inicial e continuada de trabalhadores compreende ações de aprendizagem, iniciação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização. Qualificação, aperfeiçoamento e especialização profissional são ações de formação profissional que visam ao desenvolvimento de competências profissionais requeridas pelo mercado de trabalho; à atualização, ampliação ou complementação de competências; e ao aprofundamento de formação profissional.

Para Manfredi (2002), a educação profissional é condição essencial para o ingresso e o sucesso dos recursos humanos no mercado de trabalho e requisito das empresas para o aperfeiçoamento de bens e processos produtivos de qualidade, com impacto no aumento da sua produtividade. O portfólio de atendimento à demanda do mercado de trabalho compreende: educação tecnológica, educação para o trabalho, assistência técnica e tecnológica. Estas ações devem ser desenvolvidas em articulação com o ensino regular.

Gomes (2005) afirma que a indústria brasileira apresenta crescentes níveis de exigência e de complexidade no trabalho – em função de inovações tecnológicas associadas a novas formas de organização da produção – para fazer face ao mercado competitivo e, cada vez mais, sem fronteiras. Esse movimento torna imprescindível o uso intensivo da qualificação e atualização dos seus recursos humanos.

Em resposta a tais condições, o Sistema S adota estratégias de oferta de cursos técnicos, em função das demandas e peculiaridades regionais, em articulação com ensino regular. Em qualquer das estratégias, pode haver oferta de curso técnico na modalidade aprendizagem profissional, em condições especiais, destacando-se: o atendimento a demandas de empresas contribuintes, para cumprimento de cota de aprendizes; áreas e segmentos em

que a demanda predominante seja para o nível técnico; articulação com o ensino médio de escolas públicas ou privadas da localidade (SENAI, 2015).

Moraes (1999) defende que a geração de bons empregos depende de crescimento econômico, legislação atualizada e educação de qualidade. Nos três aspectos, o Brasil vivencia, como historicamente sempre vivenciou, muitos desafios. No que tange à educação, a situação do Brasil é dramática. Apesar de conseguir matricular todas as crianças na escola, só 50% das crianças brasileiras chegam à oitava série, sendo que a maioria está acometida pelo analfabetismo funcional.³⁹

Ramos (2014) menciona que a força de trabalho do Brasil tem, em média, seis anos de escola, e má escola, enquanto que a da Coreia do Sul tem dez anos de escola – e boa escola; a do Japão tem 11 anos; e a dos Estados Unidos e União Europeia têm 12 anos de escola. O Brasil é superado em escolaridade média, inclusive, pela maioria de seus vizinhos sul-americanos. Então, tem-se no país uma escolaridade baixa e a exigência do mercado de trabalho é alta.

Em meio a tanta precariedade, o Sistema S é formado por nichos de excelência. Desde 1942, por exemplo, o SENAI vem formando profissionais que as pesquisas indicam ser de boa qualidade. As pesquisas mostram que seus egressos empregam-se com mais facilidade, sofrem pouca rotatividade e progridem mais depressa na carreira. (SENAI, 2015).

O Sistema S desenvolve programas e soluções especialmente concebidas para serem implantadas dentro do ambiente do trabalho em frentes integradas de atuação: educação, saúde e segurança do trabalho; lazer, esporte e cultura e responsabilidade social empresarial, bem como ações de inclusão social e promoção da cidadania.

2.5 Os cursos e habilitações oferecidos pelo Sistema S

³⁹ Os primeiros dados divulgados em 13 de setembro de 2001 sobre o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (IPM, 2004), identificaram que 9% da população brasileira na faixa etária entre 15 e 64 anos é constituída por analfabetos absolutos. Entre os alfabetizados foi estabelecida uma classificação de três níveis, com 31% da população pesquisada estando enquadrada no nível 1 de alfabetismo, caracterizado pela compreensão apenas de informações explícitas em textos muito curtos. No nível 2, em que o leitor consegue localizar uma informação não explícita em textos de maior extensão, como cartas e notícias, está 34% da população alfabetizada. O nível 3 de alfabetismo, que é definido como a capacidade de ler textos mais longos, localizar mais de uma informação e estabelecer relações entre diversos elementos do texto, comporta 26% dos pesquisados.

Os dados divulgados sobre a pesquisa realizada em 2003 mostraram que de modo geral, ainda não houve mudança significativa no combate ao analfabetismo funcional no Brasil. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO – IPM. www.ipm.org.br . Acesso em 21 de abril de 2015.)

Frente à dificuldade de apresentar a grade de cursos oferecidos pelo Sistema S em todo o Brasil, uma vez que nem todas as unidades disponibilizam sua grade pela internet, optou-se nesta dissertação por transcrever um breve histórico do SENAC, bem como sua estrutura, programas e cursos a nível nacional, dados estes que estão disponíveis no seu respectivo site. No próximo capítulo, será apresentado um diagnóstico dos cursos oferecidos no SENAC no Estado de Minas Gerais, através do programa Senac de gratuidade e na unidade da cidade Uberaba, detalharemos a sua estrutura e o curso técnico de segurança do trabalho.

2.5.1 História

Criado em 10 de janeiro de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Decreto-Lei 8.621, e imediatamente a partir do ano seguinte, já iniciou um trabalho até então inovador no país: oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio. O Decreto-Lei 8.622, também promulgado em 10 de janeiro de 1946 dispõe sobre a atuação da Instituição na aprendizagem comercial (SENAC, 2015).

Ainda sobre o SENAC, 2015 foram promovidas inovações na educação profissional dentre elas se destacam as empresas pedagógicas, ou empresas-escola, que possibilitava os alunos vivenciar o trabalho prático articulado com as teorias. Nos anos 1940 as primeiras ações de levar a educação profissional aos locais mais distantes dos grandes centros e que não dispunham de estabelecimentos do Senac, através de cursos volantes e, posteriormente, de unidades móveis.

A modalidade de ensino a distância (EAD) obteve maiores incentivos para o seu desenvolvimento na década de 1990, ampliando e diversificando a programação de cursos. Vários pesquisadores se dedicaram ao desenvolvimento dessa modalidade, para oportunizar a população que não possuía acesso aos estudos, devido aos diversos problemas, dessa forma o SENAC, assim como outras instituições adentraram esse novo universo. Nessa modalidade são utilizadas diversas ferramentas apropriadas como livros, apostilas, vídeos e softwares, e ainda opcional, com algumas aulas com um professor presencialmente para fortalecer os estudos. Com mais de 55 milhões de atendimentos prestados o SENAC, possui as características abaixo, no âmbito nacional.

2.5.2 Estrutura

O Senac possui uma estrutura organizacional dividida em Administração Nacional e 27 Administrações Regionais. Integram a Administração Nacional:

Conselho Nacional - órgão deliberativo máximo do Sistema Senac, de estrutura tripartite (governo, empresários e trabalhadores), dirigido pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (SENAC, 2015).

Departamento Nacional (DN) - órgão executivo da Administração Nacional, responsável pela coordenação das políticas e diretrizes nacionais do Sistema Senac e pela assistência técnica aos Departamentos Regionais (DRs) (SENAC, 2015).

Os objetivos estratégicos do DN são, conforme (SENAC, 2015):

- promover a inclusão social por meio da oferta de educação profissional de qualidade;
- fomentar a orientação mercadológica;
- incentivar as ações voltadas à inovação e ao gerenciamento do conhecimento;
- desenvolver gestão institucional integrada com foco em resultados;
- fortalecer a marca.

Conselho Fiscal - órgão de deliberação coletiva de fiscalização orçamentária, contábil e financeira, estruturado no Regulamento do Senac, composto por dois representantes do comércio, dois representantes sindicais e três representantes indicados pelo governo.

Ao término de cada exercício fiscal, o Departamento Nacional do Senac consolida as informações e as divulga os dados, que são um retrato do trabalho realizado em todas as suas unidades, atendendo em 3.061 municípios com 625 unidades, sendo 82 unidades do Programa SenacMóvel contendo 3.061 docentes em sua folha salarial (SENAC, 2015).

De acordo com SENAC, 2015, os dados do exercício de 2014 (levantados em janeiro de 2015), são:

Total de atendimentos (matrículas concluídas, matrículas em processo e participantes em ações extensivas) - 2.757.057 (SENAC, 2015).

Matrículas - 1.811.646, sendo 1.343.513 concluídas e 468.133 em processo. Deste total, destaca-se, ainda, que 634.125 das matrículas fazem parte do Programa Senac de Gratuidade (PSG) e 511.180 do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (SENAC, 2015).

2.5.3 Áreas de atuação

A capacitação profissionais dedicada ao mercado de trabalho, e ainda atualizar quem já está inserido no mercado de trabalho, faz com que Senac tenha um amplo portfólio e ofereça cursos e atividades em dez áreas de conhecimento, organizadas como Eixos Tecnológicos (SENAC, 2015).

- Ambiente e Saúde
- Segurança
- Desenvolvimento Educacional e Social
- Gestão e Negócios
- Turismo, Hospitalidade e Lazer
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Cultural e Design
- Recursos Naturais
- Produção Alimentícia (SENAC, 2015).

2.5.4 Modalidades de ensino

Em função da organização, da capacitação da equipe pedagógica e de seus docentes e ainda de sua infraestrutura, o SENAC, ampliou a oferta de seus cursos através das modalidades presencial, semipresencial e a distância, sendo cada uma delas com as suas respectivas características, abaixo descritas

Presencial

As aulas ocorrem em laboratórios ou em salas de aula, por meio de interação direta entre professor e aluno. Nessa modalidade são utilizados materiais didáticos diversos, como: impressos, CD, DVD e outros. (SENAC, 2015).

Semipresencial

Modalidade de ensino na qual as aulas ocorrem em duas fases distintas e complementares: relação direta do professor com o aluno e momentos individualizados de estudos, orientados a distância, sem a presença física do instrutor. (SENAC, 2015).

A distância

As aulas realizam-se pela utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (SENAC, 2015).

Nos cursos da modalidade (EAD), todo aluno tem acesso ao material didáticos impresso, CD e DVD, de acordo com o projeto pedagógico que especifica cada real

necessidade para o aluno e conta com acompanhamento de coordenadores e instrutores nas tutorias e em problemas que possam surgir.

Principais Programas

(SENAC) O serviço nacional de aprendizagem comercial, desenvolveu alguns programas específicos com ou sem parceria para atingir seu objetivo de capacitação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, destacam-se nessa relação os programas abaixo destacados.

Senac Gastronomia

Sob administração do Departamento Nacional, o Senac Gastronomia contempla duas ações distintas e complementares: a administração de **diversas empresas pedagógicas** em Brasília e no Rio de Janeiro (restaurantes, café e lanchonetes-escola na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e restaurantes-escola Senac Downtown no térreo dos prédios da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro e em Brasília), e a operacionalização do Centro de Aperfeiçoamento em Gastronomia, também no Distrito Federal (SENAC, 2015).

Segurança alimentar

O restaurante-escola do Senac Gastronomia na Câmara dos Deputados tem, desde 2011, uma garantia extra de qualidade. O ambiente é a primeira empresa pedagógica da Instituição a possuir certificação relativa à norma ABNT NBR 15.635. Essa norma trata das Boas Práticas de Manipulação de Alimentos segundo a legislação brasileira vigente (RDC nº 216/2004 - Anvisa) e de cinco controles operacionais essenciais (baseados no Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), capazes de garantir a inocuidade dos alimentos produzidos e permitir a certificação do estabelecimento (SENAC, 2015).

O Senac possui um programa específico para inclusão social, Programa Senac de Gratuidade, destinado para pessoas com baixa renda, cujo objetivo é oportunizar a capacitação e a inclusão dessa mão de obra no mercado de trabalho, concomitante a esta iniciativa o Governo Federal apoiado por instituições de ensino como o próprio Senac, oferece o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Programa Senac de Gratuidade

O Programa Senac de Gratuidade (PSG) é mais do que a oferta de cursos gratuitos. É uma ação de inclusão social que vem transformando a vida de milhares de pessoas, oferecendo oportunidades de um futuro melhor para todos.

O PSG destina-se a pessoas de baixa renda – cuja renda familiar mensal *per capita* não ultrapasse 2 salários mínimos federais. O Programa é voltado a brasileiros que

buscam o seu primeiro trabalho com carteira assinada, já atuam no mundo produtivo ou que desejam se requalificar para crescer profissionalmente.

Os alunos do Programa Senac de Gratuidade recebem material didático gratuito. (SENAC, 2015).

Ingresso no mercado de trabalho

O Senac facilita a inserção do aluno no mercado por meio do Banco de Oportunidades ou Banco de Empregos. Esse serviço, presente na maioria dos Departamentos Regionais, disponibiliza às empresas currículos e informações dos candidatos à vaga, de acordo com o perfil desejado. Além disso, a Instituição divulga em seus sites oportunidades de emprego em empresas da região.

Ações como essas elevam as perspectivas profissionais do aluno. Os estudantes do PSG possuem mais chances concretas no mundo do trabalho e, hoje, vislumbram um futuro melhor (SENAC, 2015).

Formação completa

Um dos maiores objetivos do programa é atingir o melhor aproveitamento do aluno nos cursos. Para isso, o Senac oferece palestras, campanhas, visitas técnicas nas empresas e demais atividades extracurriculares que permitem ao aluno ter uma visão mais ampla e uma postura correta no mercado de trabalho. Além desses temas, são passados conhecimentos sobre qualidade de vida, saúde, meio ambiente, cidadania e até empreendedorismo (SENAC, 2015).

Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)

O que se percebe no Brasil, do Pronatec é que muito embora alguns desacertos é uma ação que trouxe um avanço significativo no campo das políticas públicas em busca de permitir acesso dos jovens ao processo de qualificação, portanto afirmo ser uma política importante que apresentamos a seguir, algumas considerações.

De acordo com BRASIL, 2015 O PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego criado pelo Governo Federal, em 2011, através da Lei 11.513/2011, cujo o objetivo era ampliar, oportunizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o país, e conseqüentemente de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

Os cursos, subsidiados pelo Governo Federal, são ofertados gratuitamente por instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas das redes estaduais e municipais. As instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR, também oferecem esse programa do governo, e a partir do ano de 2013, as

instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Pronatec.

Entre os anos de 2011 a 2014, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada. (SILVA, V.B.S.; SCHRAMM, F.; CARVALHO, H.R.C).

A seguir relaciono algumas características do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec:

Objetivos:

expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;

construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;

aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;

melhorar a qualidade do ensino médio.

Iniciativas do Pronatec:

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Programa Brasil Profissionalizado

O Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.

Na Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Poderão oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem

O Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

Bolsa-Formação

Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Cursos gratuitos – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec:

São três tipos de curso:

Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano;

Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano;

Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

Base Legal**2011**

- Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

2013

- Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013

Altera as Leis nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (Pronatec); nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (bolsas recebidas pelos servidores, no âmbito do Pronatec); nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (incidência da contribuição previdenciária); dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais (BRASIL, 2015).

2.6 A Caixa Preta do Sistema S

De acordo com Oliveira, 2014, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, especificamente no seu artigo 4º, que desconsiderou os entes do Sistema S como órgãos da administração pública, portanto dessa forma cada ente adotou suas normas e regulamentos próprios para as licitações e para as seleções de funcionários, entretanto no livro Caixa-Preta do Sistema S, o autor o senador Ataídes de Oliveira relaciona inúmeras inconsistências nas prestações de contas, como por exemplo:

Relatório da CGU (Controladoria Geral da União) com base em 370 ações fiscais realizadas no Sistema S mostra que praticamente 90% das entidades não conseguem passar no pente fino do órgão de controle. O levantamento, obtido pelo jornal Folha de São Paulo, em 01 de Outubro de 2007, detalha as autoridades feitas em 172 unidades do Sistema, das quais só 21 tiveram suas contas consideradas regulares. (OLIVEIRA, 2014).

Mediante a diversos relatórios apresentados e acórdãos das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), caracterizou-se que a grande maioria dos entes possui uma contabilidade ineficiente, confusa e inadequada, além de uma prestação de contas despadronizadas.

A declaração informada pela Receita Federal Brasileira - RFB, órgão responsável pela arrecadação do Sistema S, diverge em bilhões de reais da arrecadação revelada pela auditoria do TCU e ainda da confessada por um dos entes.

A Controladoria Geral da União - CGU, órgão responsável pela fiscalização, demonstra centenas de irregularidades em suas notas técnicas, verificadas em suas auditorias, no período de 2005 a 2009. Outras inconsistências apresentadas no livro Caixa-Preta do Sistema S:

- Falta de cumprimento do princípio da publicidade;
- Arrecadação feita diretamente no caso do Sesi e Senai com os empresários;
- Contratação de pessoal feita sem nenhum critério;
- Licitações para contratação de serviços e compra de materiais são caóticas e não obedecem aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Supersalários;
- Cumulatividade de cargos;
- Cobrança pelos cursos em valores exorbitantes;
- Queda vertiginosa no oferecimento de cursos gratuitos;
- Convênios milionários com o Governo Federal;
- Desvio de finalidade, pois atuam nos mercados financeiros, imobiliário e comercial;
- Repasse indevido de R\$3,3 bilhões, feitos pelo INSS para o Sistema S;
- Arrecadação de contribuições sociais (tributo) acima de R\$ 15 bilhões no exercício de 2012;
- Disponibilidade financeira acima de R\$ 6 bilhões. (OLIVEIRA, 2014)

Importante ressaltar ainda que em 2012 a CNI (Confederação Nacional da Indústria) realizou uma confraternização para seus funcionários, com o custo de 2 milhões de reais, com direito a show da cantora Ivete Sangalo.

No próximo capítulo, faremos uma imersão nas ofertas de cursos do Senac no Estado de Minas Gerais, enfatizando os cursos que são ofertados de forma gratuita, e ainda identificando quais são as cidades mais contempladas, bem como as suas respectivas vagas.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DO SENAC.

Este parágrafo foi construído, de acordo com as observações realizadas nos relatórios Gerais e nos Dados Orçamentários relacionados aos Dados de Gestão e Transparência emitidos pelo Senac no âmbito Nacional, Estadual e Municipal, através do site e também foram realizadas visitas na Unidade do Senac, situada na cidade de Uberaba/MG⁴⁰, cujo objetivo foi de realizar o levantamento de dados das prestações de serviços realizados em conformidade com a sua estrutura física e de seus colaboradores, verificando assim quais são os cursos ofertados, e como está estruturado o curso técnico de segurança do trabalho, através do seu Projeto Pedagógico⁴¹.

Foram analisados diversos dados referentes aos alunos demandantes, por modalidades de cursos, entre outros. Dessa forma para atingir tal objetivo este capítulo foi estruturado nos subitens abaixo, com o intuito de organizar e facilitar a compreensão dos conteúdos da pesquisa.

3.1 Dados Gerais

O Brasil possui uma população de 204.589.791 de habitantes, de acordo com o IBGE⁴², dados de julho 2015, e nesta mesma fonte encontramos dados referentes a população do Estado de Minas Gerais, que no mesmo período citado anteriormente, sua população está em 20.878.449, sendo 50,62% de mulheres e 49,72% de homens. O Estado de Minas Gerais, representa aproximadamente 10,21% da população do país, mas ao considerarmos a População em Idade Ativa (PIA) que são pessoas com idade entre 15 a 64 anos, que de acordo com o IBGE, 2015, são conceituadas assim:

Compreende as populações economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

I) População Economicamente Ativa

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a **população ocupada** e a **população desocupada**, assim definidas: **população ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). As pessoas ocupadas são classificadas em:

⁴⁰ O endereço da unidade do Senac em Uberaba é: Avenida Dr. Odilon Fernandes, 333, Bairro: Boa Vista

⁴¹ O Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho, foi obtido para as devidas análises na unidade de Uberaba.

⁴² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <http://www.ibge.gov.br/home/>

- a. **Empregados** - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.
- b. **Conta Própria** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c. **Empregadores** - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d. **Não Remunerados** - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.
- População Desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

II) População Não Economicamente Ativa

As pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

No Brasil em 2015 temos uma População em Idade Ativa (PIA) de aproximadamente 68,92%, que corresponde a 141.003.283, já no Estado de Minas Gerais a 69,71%, ou seja 14.554.366. Para exemplificarmos a importância e demonstrarmos a relevância do Senac na capacitação e na formação de mão de obra para o mercado de trabalho analisamos os dados nacionais de 2014 que foram consolidados em 31/01/2015, onde constam as seguintes informações:

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL - MATRÍCULAS CONCLUÍDAS E EM PROCESSO POR PSG, PRONATEC, OUTRAS E PARTICIPANTES EM AÇÕES EXTENSIVAS

DR	Matrículas Concluídas				Matrículas em Processo				Total de Matrículas				Participantes em Ações Extensivas	
	PSG	Pronatec	Outras	Total	PSG	Pronatec	Outras	Total	PSG	Pronatec	Outras	Total	Participantes em Ações Extensivas	Total
AC	7.842	5.605	2.504	15.951	3.069	1.538	858	5.465	10.911	7.143	3.362	21.416	19.075	40.491
AL	17.300	7.441	4.011	28.752	9.708	963	1.966	12.637	27.008	8.404	5.977	41.389	7.782	49.171
AM	10.656	7.784	4.547	22.967	1.597	3.351	70	5.018	12.253	11.115	4.617	27.985	40.518	68.503
AP	3.963	2.414	2.093	8.470	927	326	187	1.440	4.890	2.740	2.280	9.910	3.800	13.710
BA	30.219	9.705	34.709	74.633	4.837	888	1.024	6.749	35.056	10.593	35.733	81.382	34.743	116.125
CE	16.250	32.486	18.773	67.509	2.695	3.445	796	6.936	18.945	35.931	19.569	74.445	13.969	88.414
DF	4.826	1.926	9.801	16.553	4.506	3.498	4.147	12.151	9.332	5.424	13.948	28.704	2.495	31.199
ES	7.880	5.175	14.377	27.432	2.651	295	1.011	3.957	10.531	5.470	15.388	31.389	16.087	47.476
GO	9.289	14.554	12.032	35.875	8.367	4.471	4.170	17.008	17.656	19.025	16.202	52.883	95.117	148.000
MA	13.664	16.201	4.048	33.913	8.758	2.483	772	12.013	22.422	18.684	4.820	45.926	5.358	51.284
MG	43.377	32.109	28.770	104.256	18.006	12.951	5.878	36.835	61.383	45.060	34.648	141.091	162.735	303.826
MS	7.253	9.556	6.350	23.159	2.954	1.666	510	5.130	10.207	11.222	6.860	28.289	8.844	37.133
MT	10.830	5.135	4.406	20.371	3.499	629	841	4.969	14.329	5.764	5.247	25.340	14.535	39.875
PA	14.371	4.426	3.271	22.068	1.286	463	281	2.030	15.657	4.889	3.552	24.098	16.229	40.327
PB	10.573	5.141	3.559	19.273	713	204	1	918	11.286	5.345	3.560	20.191	290	20.481
PE	26.475	16.323	20.755	63.553	9.187	4.589	2.237	16.013	35.662	20.912	22.992	79.566	87.468	167.034
PI	4.257	21.143	13.703	39.103	3.963	4.715	993	9.671	8.220	25.858	14.695	48.774	13.456	62.230
PR	14.801	18.356	41.918	75.075	8.405	5.492	1.795	15.693	23.207	23.848	43.713	90.768	37.297	128.065
RJ	37.136	15.975	39.034	92.145	30.055	9.757	24.548	64.360	67.191	25.732	63.582	156.505	32.713	189.218
RN	9.516	32.350	12.596	54.462	5.167	3.162	600	8.929	14.683	35.512	13.196	63.391	4.799	68.190
RO	3.842	12.740	3.802	20.384	1.849	3.348	299	5.496	5.691	16.088	4.101	25.880	26.178	52.058
RR	6.130	11.186	3.188	20.504	729	811	296	1.836	6.859	11.997	3.484	22.340	9.580	31.920
RS	8.016	54.993	35.580	98.589	20.432	32.779	16.989	70.200	28.448	87.772	52.569	168.789	145.268	314.057
SC	13.735	17.459	10.899	42.093	15.985	7.705	10.261	33.951	29.720	25.164	21.160	76.044	15.870	91.914
SE	8.049	8.018	8.843	24.910	2.880	2.050	420	5.350	10.929	10.068	9.263	30.260	301	30.561
SP	65.220	16.042	195.160	276.422	46.558	11.829	42.832	101.219	111.778	27.871	237.992	377.641	122.938	500.579
TO	8.622	2.999	3.470	15.091	1.249	550	360	2.159	9.871	3.549	3.890	17.250	7.966	25.216
Total	414.092	387.222	542.199	1.343.513	220.033	123.958	124.142	468.133	634.125	511.180	666.341	1.811.646	945.411	2.757.057

Ao analisarmos as informações contidas neste quadro, podemos observar que foram realizados 2.757.057 atendimentos pelo Senac no país, este total corresponde a soma do total de matrículas e do número de participantes em ações extensivas, conforme tabela 1. O total de matrículas é a somatória entre as matrículas Concluídas, Matrículas em Processo e percebemos que as ações extensivas são significativas quantitativamente na maior parte dos Estados da federação.

Identificamos que as ações extensivas são divididas em duas categorias: a primeira em atendimentos diversos que são participações em palestras, concursos, oficinas, exposições, campanhas, festivais, congressos, desfiles, encontros, simpósios, seminários e espectadores de teleconferências e a segunda em encaminhamento de egressos aos mercado de trabalho. Existe ainda uma subdivisão das informações relacionadas ao Programa Senac de Gratuidade (PSG) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Outras que são as matrículas efetivamente pagas pela sociedade local de cada Estado do país.

Retornando para a análise quantitativa desta tabela verificamos que somente no ano de 2014 o Senac realizou 2.757.057 atendimentos, mas que 945.411, foram ações extensivas, portanto se subtrairmos as ações extensivas teremos um total de 1.811.646 matrículas, sendo as concluídas (1.343.513) e em processo (468.133). Ao analisar as informações referentes ao Estado de Minas Gerais verificamos que o Estado obteve um total de 104.256 matrículas concluídas, representando assim em torno de 7,76% em relação ao total da federação, inferior apenas ao Estado de São Paulo com 276.422, sendo 20,57% de representatividade.

Com o intuito de enriquecer a análise sobre a importância do Senac em Minas Gerais e do desenvolvimento do seu objetivo, apresentamos a tabela 2:

MATRÍCULAS CONCLUÍDAS POR MODALIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DF	Modalidades de Educação Profissional						Total
	Formação Inicial e Continuada	%	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	%	Educação Superior	%	
AC	14.724	92,3	1.227	7,7	-	0,0	15.951
AL	28.284	98,4	468	1,6	-	0,0	28.752
AM	22.055	96,0	827	3,6	85	0,4	22.967
AP	8.196	96,8	239	2,8	35	0,4	8.470
BA	74.261	99,5	372	0,5	-	0,0	74.633
CE	66.943	99,2	566	0,8	-	0,0	67.509
DF	15.018	90,7	1.445	8,7	90	0,5	16.553
ES	25.900	94,4	1.532	5,6	-	0,0	27.432
GO	30.977	86,3	3.897	10,9	1.001	2,8	35.875
MA	33.565	99,0	276	0,8	72	0,2	33.913
MG	96.356	92,4	7.688	7,4	212	0,2	104.256
MS	22.300	96,3	829	3,6	30	0,1	23.159
MT	19.902	97,7	454	2,2	15	0,1	20.371
PA	21.874	99,1	194	0,9	-	0,0	22.068
PB	19.069	98,9	204	1,1	-	0,0	19.273
PE	61.910	97,4	1.643	2,6	-	0,0	63.553
PI	37.785	96,6	1.318	3,4	-	0,0	39.103
PR	72.905	97,1	1.996	2,7	174	0,2	75.075
RJ	62.981	68,3	27.737	30,1	1.427	1,5	92.145
RN	53.240	97,8	1.183	2,2	39	0,1	54.462
RO	19.547	95,9	837	4,1	-	0,0	20.384
RR	20.181	98,4	202	1,0	121	0,6	20.504
RS	91.947	93,3	4.273	4,3	2.369	2,4	98.589
SC	34.726	82,5	6.233	14,8	1.134	2,7	42.093
SE	23.632	94,9	1.278	5,1	-	0,0	24.910
SP	228.946	82,8	35.851	13,0	11.625	4,2	276.422
TO	14.836	98,3	255	1,7	-	0,0	15.091
Total	1.222.060	91,0	103.024	7,7	18.429	1,4	1.343.513

Fonte: Relatório Geral do Senac 2014, página 63 -

http://www.senac.com.br/media/73408/miolo_geral_bx.pdf

Nas informações sobre as matrículas concluídas, suprimimos as matrículas em processo e as ações extensivas, e verificamos que 91% dessas matrículas são referentes a formação Inicial e Continuada, que de acordo com o próprio Senac: “são cursos que capacitam, aperfeiçoam e atualizam o aluno que tem pressa para entrar ou reingressar no mercado de trabalho” (SENAC,2015), portanto são cursos rápidos e curtos que auxiliam na atualização e melhor capacitação do trabalhador para o mercado de trabalho.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que são cursos mais extensos, possuem uma representatividade menor, entretanto entendemos ser os mais indicados para a preparação adequada do futuro profissional no mercado de trabalho.

Essas informações gerenciais estão publicadas e disponível para consultas por meio do site www.senac.br, e são denominadas de Dados de Gestão e Transparência, que são relatórios publicados anualmente para atender a sociedade e as instâncias governamentais, que podemos utilizar para realizar diversas análises.

Com esses dados percebemos a evolução das atividades desenvolvidas pelo Senac, bem como a sua importância na capacitação e preparação da mão de obra para o mercado de trabalho.

Neste capítulo temos o objetivo de analisar as informações relativas ao Estado de Minas Gerais e compará-los com os outros principais Estados do nosso País e verificando assim a participação e a relevância do Senac na formação de trabalhadores para as empresas do Estado de Minas Gerais.

3.2 Evolução das atividades realizadas pelo Senac

A seguir apresentamos um resumo dos dados sintéticos nacionais, extraídos dos Relatórios Gerais, que são emitidos anualmente pelo Senac, este resumo foi construído através de diversas leituras, observações e análises realizadas nos relatórios gerais, que são publicados anualmente pelo Senac.

Neste recorte utilizamos o período de 2007 a 2015, para identificarmos a evolução dos serviços educacionais prestados, demonstrando assim o seu importante papel em auxiliar na capacitação e inserção de profissionais no mercado de trabalho.

As informações referentes ao relatório geral do ano de 2011, foram descartadas em função da sua ausência no site e ressaltado que mesmo com algumas solicitações nas Unidades de Uberaba e Belo Horizonte, não foi possível a disponibilidade dos dados para análise.

Mesmo assim, foi possível construir a tabela 3, denominada de Resumo Sintético das Informações do Senac, através de um compilamento de todos os relatórios de gestão disponíveis e assim realizarmos as evoluções e as conseqüentes análises.

Resumo Sintético das Informações Gerenciais do Senac

		2015 Previsão	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
A c a d ê m i c o	Atendimentos Realizados		2.757.057	2.456.183	2.204.450		2.018.533	1.894.600	2.224.136	2.142.739
	Matrículas Concluídas		1.343.513	1.213.824	1.023.402		923.951	916.416	1.086.042	994.703
	Matrículas em Processo		468.133	449.861	387.899		226.997	209.962	182.765	184.425
	Total de Matrículas		1.811.646	1.663.685	1.411.301		1.150.948	1.126.378	1.268.807	1.179.132
	Matrículas Programa Senac Gratuidade (PSG)		634.125	462.586	351.184		181.668	120.545		
	Pronatec		511.180	479.437	212.632					
	Ações Extensivas / Outros Atendimentos Gratuitos		702.769	595.763	594.717		930.746	544.469	1.034.016	716.312
	Ações Extensivas			196.735	198.432		849.865	751.233		1.006.559
	Turmas		67.940	-	69.735		52.437	53.416	73.055	67.940
	Municípios		3.061	4.610	3.154		2.913	2.979	2.502	2.838
Unidades Operativas		625	620	591		573	443	485	470	
Corpo Docente		34.117	29.978	24.401		21.735	20.870	20.887	17.888	
C E a c t o r i c a	(1) Total das Receitas Correntes Realizada	R\$ 4.629.297.000,00	R\$ 4.365.139.725,54	R\$ 3.896.830.580,23	R\$ 3.127.711.056,98	R\$ 2.583.754.248,86				
	Contribuição	R\$ 2.724.000.000,00	R\$ 2.447.483.450,16	R\$ 2.187.891.101,30	R\$ 1.917.284.752,22	R\$ 1.675.088.643,64				
	Serviços Educacionais	R\$ 1.596.336.000,00	R\$ 1.594.630.913,08	R\$ 1.508.750.836,25	R\$ 1.030.446.820,48	R\$ 718.141.003,47				
	Outras Receitas	R\$ 308.961.000,00	R\$ 323.025.362,30	R\$ 200.188.642,68	R\$ 179.979.484,28	R\$ 190.524.595,75				
	(2) Total das Receitas de Capital	R\$ 360.639.000,00	R\$ 2.053.203,00	R\$ 3.029.221,90	R\$ 1.660.346,18	R\$ 3.625.470,94				
	Total das Receitas (1+2)	R\$ 4.989.936.000,00	R\$ 4.367.192.928,54	R\$ 3.899.859.802,13	R\$ 3.129.371.403,16	R\$ 2.587.379.719,80				
	(1) Despesas Correntes (2 + 3)	R\$ 4.057.956.000,00	R\$ 3.475.292.271,67	R\$ 2.841.791.856,59	R\$ 2.364.021.213,03	R\$ 1.888.479.080,28				
	(2) Pessoal e Encargos	R\$ 1.949.004.000,00	R\$ 1.737.920.113,24	R\$ 1.405.212.318,01	R\$ 1.165.193.728,89	R\$ 895.585.767,07				
	(3) Outras Despesas	R\$ 2.108.952.000,00	R\$ 1.737.372.158,43	R\$ 1.436.579.578,58	R\$ 1.198.827.484,14	R\$ 992.893.313,21				
	(4) Despesas de Capital (5 + 6)	R\$ 931.980.000,00	R\$ 451.231.350,33	R\$ 415.490.912,08	R\$ 313.895.933,76	R\$ 334.571.712,34				
(5) Investimentos	R\$ 869.487.000,00	R\$ 443.388.135,31	R\$ 383.289.265,64	R\$ 302.524.119,67	R\$ 274.996.517,04					
(6) Inversões Financeiras	R\$ 62.493.000,00	R\$ 7.843.215,02	R\$ 32.201.646,44	R\$ 11.371.814,09	R\$ 59.575.195,30					
(7) Total das Despesas (1+4)	R\$ 4.989.936.000,00	R\$ 3.926.523.622,00	R\$ 3.257.282.808,67	R\$ 2.677.917.146,79	R\$ 2.223.050.792,62					
Resultado do Exercício	R\$ -	R\$ 440.669.306,54	R\$ 642.576.993,46	R\$ 451.454.256,37	R\$ 364.328.927,18					

Fonte: Relatório Geral do Senac dos anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Dando continuidade nas explicações preliminares para a análise do resumo das informações sintéticas, é importante destacar que as matrículas referentes ao Pronatec passam a ter participação relevante a partir do ano 2012, pois até o ano de 2010 muitos atendimentos denominados como gratuitos eram realizados como atendimentos diversos e que foram em parte substituídos e agregados pelo programa subsidiado pelo governo federal.

Para finalizar essa introdução também não foram inseridas as informações quantitativas das turmas do ano 2015 que ainda não foram divulgadas pelo Senac.

Este resumo é distribuído em três partes, sendo a primeira parte relacionada as informações acadêmicas e as demais etapas são relacionadas nas informações financeiras que são divididas em receitas e despesas, que serão objetos de análises.

Distribuição de Matrículas Concluídas por Modalidade em Minas Gerais

Ano / Estado (MG)	Formação Profissional e Continuada					Educação Profissional Técnica de Nível Médio			Educação Superior				Total
	Aprendizagem	Capacitação	Aperfeiçoamento	Programas compensatórios	Programas socioprofissionais e culturais	Qualificação técnica	Habilitação técnica	Especialização técnica	Graduação	Pós Graduação	Extensão	Qualificação Tecnológica	
2007	2.123	8.690	36.728	15.495	30.852	970	1.153	85	0	267	442	0	96.805
2008	2.834	11.013	56.676	16.170	17.308	718	10.985	0	356	664	123	0	117.047
2009	3.134	6.770	26.142	0	51.601	0	6.809	0	263	1.126	2.672	0	98.517
2010	3.558	10.745	11.035	0	46.206	0	9.981	32	833	1.873	1.827	0	86.090
2011													0
2012	7.462	30.364	26.027	0	22.073	0	7.004	0	0	134	0	0	93.064
2013	10.220	67.216	13.809	0	18.621	0	7.643	0	0	93	0	0	117.602
2014	10.801	53.950	13.257	0	18.348	0	7.688	0	0	212	0	0	104.256

Fonte: Relatório Geral do Senac doas anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Deste quadro, denominado "Distribuição de Matrículas Concluídas por Modalidade em Minas Gerais", podemos extrair várias informações relevantes, entretanto para um melhor entendimento devemos considerar que este quadro está estruturado em três dimensões e assim as informações relacionadas à Formação Profissional e Continuada, depois Educação Técnica de Nível Médio e a Educação Superior, são modalidades distintas e com objetivos próprios, as ações extensivas, como encaminhamento de egressos ao mercado de trabalho e os atendimentos diversos, como participação em festivais, exposições, congressos, desfiles, concursos, palestras, campanhas, encontros, simpósios, seminários e espectadores de teleconferências não foram consideradas nessa análise pois nosso objeto de análise é o treinamento e a capacitação efetiva do cidadão para o mercado de trabalho, apesar de entender que essas atividades também são importantes em um contexto completo.

Dessa forma, podemos perceber que, no ano de 2007, das matrículas concluídas do Senac no Estado de Minas Gerais, tiveram exatos 96,99% referentes a modalidade Formação Profissional e Continuada, 2,28% referentes aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e 0,73% se referiam a Educação Superior, em um universo de 96.805 matrículas. Na primeira estrutura do quadro, onde estão inseridos os cursos que o próprio Senac⁴³ denomina de:

- Capacitação - Uma qualificação que atenda à formação para o desempenho de ocupações específicas do mercado de trabalho.
- Aperfeiçoamento - Cursos com características variadas destinados a profissionais já qualificados ou em exercício que desejem complementação, atualização ou aprofundamento de competências.
- Programas Compensatórios - Cursos destinados a suprir determinadas carências nas competências desenvolvidas em determinados segmentos.
- Programas socioprofissionais e culturais - Ações destinadas ao desenvolvimento do aprimoramento pessoal, do exercício da cidadania, bem como atividades geradoras de renda. (SENAC, 2015)

No ano de 2007, o estado de Minas Gerais teve a participação de 8,63% da produção total de matrículas por modalidade no cenário nacional, ficando atrás dos seguintes estados: Rio de Janeiro (21,02%), São Paulo (12,93%), Paraná (10,41%).

⁴³ Disponível: <http://www.pe.senac.br/ascom/downloads/SenacPE-PortfolioCursos.pdf>.

Com um pequeno acréscimo na participação em 2008, Minas Gerais obteve 9,54% da produção total de matrículas por modalidade no cenário nacional, ficando atrás dos seguintes estados: Rio de Janeiro (20,11%), São Paulo (13,46%), Paraná (9,59%).

Em 2009, observamos uma redução de cerca de 25,32% na produção total em relação ao ano anterior, com 916.416 matrículas concluídas. O estado de Minas Gerais teve uma participação maior perante os demais estados da federação, com 10,75%, inferior apenas ao estado de São Paulo com 21,12%.

Durante o ano de 2010, o Estado de Minas Gerais representou a terceira maior participação das unidades do Senac no país, totalizando 9,32% da produção total, entretanto os estados de São Paulo e Paraná, representaram 22,52% e 9,84%, respectivamente.

Conforme relatamos anteriormente, os relatórios com os dados estatísticos do ano de 2011, não foram disponibilizados e dessa forma passamos para o ano de 2012, onde o estado de Minas Gerais teve mais uma importante participação com 9,09%, inferior apenas ao estado de São Paulo que obteve 22,62% das matrículas.

Com um acréscimo de 18,61% em relação ao ano anterior, o ano de 2013 teve no estado de Minas Gerais a segunda maior representatividade da federação, com 9,69% das matrículas totais, inferior apenas ao estado de São Paulo, com 19,59% de participação. Cenário este que se manteve semelhante durante o ano de 2014, quando o estado de Minas Gerais obteve 7,76% da participação, inferior somente ao estado de São Paulo com 20,57%, entretanto com um acréscimo de aproximadamente 10,68% em relação ao ano de 2013, mas com um acréscimo de 46,61% em relação ao ano de 2009.

Neste mesmo ano, mas com um número menor de matrículas no período em que estamos analisando, o estado de Minas Gerais não registrou uma significativa oscilação, mas ressaltamos que diferentemente do cenário federal, tivemos no ano de 2014 a menor participação percentual do Estado de Minas Gerais em relação as matrículas totais do país, deste período.

Dados Orçamentários de Minas Gerais							
		2015 Previsão	2014	2013	2012	2011	Evolução 2011 a 2015
M i n i s	(1) Total das Receitas Correntes Realizada	291.966.000,00	281.858.429,22	283.701.008,75	192.512.310,89	164.625.441,30	
	Contribuição	164.763.000,00	145.754.134,77	133.433.742,44	118.023.758,07	101.210.410,26	63%
	Serviços Educacionais	108.960.000,00	117.834.712,40	140.104.775,22	63.239.846,90	51.812.415,74	110%
	Outras Receitas	18.243.000,00	18.269.582,05	10.162.491,09	11.248.705,92	11.602.615,30	57%
	(2) Total das Receitas de Capital		0,00	205.800,00	0,00	326.564,00	
	Total das Receitas (1+2)	291.966.000,00	281.858.429,22	283.906.808,75	192.512.310,89	164.952.005,30	77%
G e r a s	(1) Despesas Correntes (2+3)	245.808.000,00	249.778.246,24	206.484.884,00	166.154.211,44	125.355.777,04	96%
	(2) Pessoal e Encargos	106.410.000,00	133.537.890,41	97.342.591,26	76.247.375,95	55.579.958,70	91%
	(3) Outras Despesas	139.398.000,00	116.240.355,83	109.142.292,74	89.906.835,49	69.775.818,34	100%
	(4) Despesas de Capital (5+6)	46.158.000,00	31.259.005,86	20.064.567,96	15.127.089,41	10.238.623,23	351%
	(5) Investimentos	46.158.000,00	31.259.005,86	20.064.567,96	13.766.373,17	10.238.623,23	351%
	(6) Inversões Financeiras				1.360.716,24		
	(7) Total das Despesas (1+4)	291.966.000,00	281.037.252,10	226.549.451,96	181.281.300,85	135.594.400,27	115%
	Resultado ==>>	0,00	821.177,12	57.357.356,79	11.231.010,04	29.357.605,03	

Fonte: Relatório Geral do Senac doas anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Relacionamos os dados orçamentários do estado de Minas Gerais, disponibilizados pelo site do Senac a partir do ano de 2011, onde foi possível construir este quadro para analisar as receitas e despesas.

Iniciaremos a análise da conta contribuição, compulsória paga pelas empresas, de acordo com a lei 8.622. Nesta conta percebemos uma constante evolução, sendo que de 2011 para 2012 as contribuições tiveram um acréscimo de 16,61%, do ano de 2013 para 2012 notamos mais uma evolução de 13,06% e finalizando no ano 2014 para 2013 a conta foi aumentada em 9,23% e as previsões para o ano de 2015 são de mais um aumento de 13,04% neste tipo de arrecadação.

Com relação aos serviços educacionais tivemos um acréscimo de 22,06% do ano de 2012 em comparação ao ano de 2011, mas ao compararmos o ano 2013 com o ano de 2012, verificamos um aumento significativo de 121,55%, entretanto nos anos subsequentes a receita foi reduzida para -15,90% e -7,53%.

Com relação as despesas totais do Senac no Estado de Minas Gerais, podemos afirmar que em 2012 houve um aumento de 33,70%, em relação as despesas do ano de 2011, já em relação ao ano de 2013 em comparação ao ano de 2012, também confirmamos a evolução de 24,97% e comparando o ano de 2014 em relação ao ano de 2013 notamos também o aumento de 24,05% nos valores apresentados nos dados de gestão e transparência, através do site do Senac.

O resultado de cada exercício contábil, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas do Senac em Minas Gerais são superavitários, com algumas oscilações que descrevo a seguir: de 2012 para 2011 aconteceu uma redução no resultado de 61,74%, entretanto de 2013 para 2012 houve uma elevação de aproximadamente 411%, mas de 2014 para 2013

verificou-se uma redução de aproximadamente 98,56%. Esse resultado deve-se a duas contas: a primeira refere-se a Pessoal e Encargos e a segunda denominada Outras Despesas, essas contas sofrem aumentos constantes desde 2011, apesar da redução dos serviços educacionais.

3.3 Programa Senac de Gratuidade (PSG)

Como um dos objetivos do Senac é capacitar mão de obra para o mercado de trabalho de forma gratuita em contrapartida as contribuições compulsórias que as empresas realizam, entretanto verificamos que a gratuidade no Senac se dá através do Programa Senac de Gratuidade.

As informações relativas ao Programa Senac de Gratuidade, foram disponibilizadas a partir do ano de 2009, pois a sua criação aconteceu no ano de 2008, fruto de um acordo firmado em julho do mesmo ano com o Governo Federal e ratificado pelo Decreto 6.633, de 5 de novembro de 2008. Esse programa teve início em todos os Estados do país a partir de 2009, oferecendo ações educacionais gratuitas à população.

O programa destina-se as pessoas inseridas em condição econômica de baixa renda e ainda mediante auto declaração.

De acordo com o site SENAC MG, 2015, baixa renda familiar mensal *per capita*, é aquela renda que não ultrapasse 1,5 salário mínimo, exigindo-se ainda que os candidatos precisam ser alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores empregados e desempregados. Aqueles que satisfizerem as duas condições, aluno e trabalhador terão prioridade.

O Programa Senac de Gratuidade oferece cursos na maioria das suas unidades mediante ao portfólio de cursos do Senac, a divulgação das vagas, dos cursos, inscrição, seleção e matrícula dos candidatos são de responsabilidade dos Departamentos Regionais.

Atendimentos Gratuitos em Minas Gerais

Ano	PSG	Outros Atendimentos	Pronatec	Total - MG	Total Brasil
2007	0	0		Não Divulgado	716.312
2008	0	0		Não Divulgado	1.034.016
2009	6.975	3.427		10.402	665.014
2010	23.122	129.516		152.638	1.112.414
2012	58.456	150.242	14.254	222.952	1.158.533
2013	70.937	155.986	55.760	282.683	1.537.786
2014	61.383	153.640	45.060	260.083	1.848.074

Fonte: Relatório Geral do Senac dos anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Com relação ao quadro de Atendimentos Gratuitos em Minas Gerais, podemos verificar que nos anos de 2007 e 2008, não havia uma política clara para a divulgação dos dados estatísticos, mas a partir do ano de 2009 com a implantação do Programa Senac de Gratuidade foi possível verificar as classificações dos atendimentos gratuitos registrados em Minas Gerais.

Assim notamos que no ano de 2009 o Estado registrou apenas 10.402 matrículas gratuitas, mas no ano seguinte com um acréscimo de aproximadamente 1.467,39% nas matrículas, o Senac de Minas Gerais se consolida como um dos principais Estados do País.

A partir do ano de 2012 este cenário passa a contar com mais uma importante ferramenta do Governo Federal, oferece para a população e que subsidia a sua capacitação para o aluno, o Pronatec, responsável por 14.254 matrículas em 2012, 55.760 em 2013 e 45.060 matrículas no ano de 2014.

Cursos ofertados pelo Programa Senac de Gratuidade - PSG

Os cursos disponíveis para o Estado de Minas Gerais e suas respectivas inscrições podem ser realizadas através do Programa Senac de Gratuidade no link: <http://www.senac.com.br/unidades/estados.aspx?uf=Minas%20Gerais>, assim cada aluno deve filtrar as opções pela cidade em que os cursos serão realizados.

No Estado de Minas Gerais o Senac oferta cursos em 66 municípios, entretanto não foram localizados as ofertas de cursos por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG), nas seguintes cidades: Alfenas, Argirita, Betim, Cláudio, Cônego Marinho, Conselheiro Lafaiete, Diamantina, Extrema, Governador Valadares, Ipatinga, Itabirito, Itajubá, Janaúba, Lavras, Leopoldina, Luminárias, Manhuaçu, Manhumirim, Mariana, Muriaé, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Pirapora, São Sebastião do Paraíso, Tarumirim, Tiradentes, Uberaba, Uberlândia, Viçosa.

Nas demais cidades citadas, a seguir, listamos ofertas ativas e disponíveis para o 1º e 2º semestres de 2015, através do PSG e relacionamos os seus respectivos detalhes:

Araxá

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
22/01/2015	Inglês Intermediário	Manhã	11/03/2015 a 05/08/2015, 09:00 às 12:00	Seg Qua Sex	20	
26/06/2015	Auxiliar de Pessoal	Manhã	01/09/2015 a 26/11/2015, 09:30 às 12:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Barbacena

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
15/07/2015	Recepcionista em Serviços de Saúde	Noite	17/08/2015 a 13/11/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	21	
17/07/2015	Recepcionista de Eventos	Noite	17/08/2015 a 24/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	15	
20/07/2015	Organizador de Eventos	Noite	24/08/2015 a 11/12/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	10	
20/07/2015	Inglês Básico	Noite	17/08/2015 a 13/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	17	
03/08/2015	Comprador	Manhã	16/09/2015 a 11/12/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	15	

03/08/2015	Auxiliar Administrativo	Noite	31/08/2015 a 30/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	17	
------------	-------------------------	-------	---	---------------------------	----	--

Barreiro

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
15/07/2015	Auxiliar Administrativo	Tarde	17/08/2015 a 28/10/2015, 13:30 às 17:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Belo Horizonte

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
15/07/2015	Recepcionista em Meios de Hospedagem	Tarde	17/08/2015 a 13/10/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	
15/07/2015	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	Tarde	17/08/2015 a 20/10/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	

Buenópolis

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
01/08/2015	Promotor de Vendas	Noite	18/08/2015 a 14/10/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Congonhas

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
---------------------	-------	-------	-----------------------	------	-------	---

27/07/2015	Auxiliar Administrativo	Noite	11/08/2015 a 30/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui	30	
------------	-------------------------	-------	---	-----------------	----	--

Contagem

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
09/03/2015	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	Manhã	18/05/2015 a 14/08/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
09/03/2015	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	Tarde	01/06/2015 a 25/08/2015, 14:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
09/03/2015	Cuidador de Idoso	Manhã	04/05/2015 a 07/08/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
09/03/2015	Cuidador de Idoso	Tarde	01/06/2015 a 26/08/2015, 14:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
09/03/2015	Auxiliar Administrativo	Tarde	05/05/2015 a 31/07/2015, 14:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
01/06/2015	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	Tarde	17/08/2015 a 11/11/2015, 14:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
01/06/2015	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	Manhã	13/07/2015 a 05/10/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

01/06/2015	Auxiliar Administrativo	Manhã	03/08/2015 a 28/10/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
01/06/2015	Auxiliar Administrativo	Tarde	03/08/2015 a 28/10/2015, 14:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
20/07/2015	Técnico em Redes de Computadores	Tarde	03/08/2015 a 24/06/2016, 13:00 às 17:15	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
20/07/2015	Técnico em Administração	Manhã	03/08/2015 a 14/06/2016, 08:00 às 12:15	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

Coromandel

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
08/07/2015	Auxiliar de Pessoal	Noite	03/08/2015 a 26/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Coronel Fabriciano

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
17/04/2015	Massagista	Manhã	07/05/2015 a 22/07/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	16	
15/07/2015	Massagista	Manhã	04/08/2015 a 28/10/2015, 09:00 às 13:00	Seg Ter Qua Qui Sex	16	

Curvelo

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
08/06/2015	Auxiliar Financeiro	Tarde	14/07/2015 a 17/09/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
15/07/2015	Inglês Básico	Manhã	04/08/2015 a 28/10/2015, 09:30 às 12:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
15/07/2015	Condutor Ambiental Local	Noite	05/08/2015 a 03/12/2015, 18:30 às 21:30	Seg Ter Qua Qui	30	
15/07/2015	Auxiliar Administrativo	Noite	04/08/2015 a 07/10/2015, 18:30 às 21:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
01/08/2015	Promotor de Vendas	Noite	25/08/2015 a 11/11/2015, 18:30 às 21:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Divinópolis

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
01/01/2015	Manicure e Pedicure	Manhã	03/08/2015 a 28/09/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
01/01/2015	Instalador e Reparador de Redes de Computadores	Manhã	13/07/2015 a 21/09/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

01/01/2015	Auxiliar Financeiro	Tarde	19/10/2015 a 22/12/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
01/01/2015	Auxiliar de Pessoal	Manhã	13/07/2015 a 21/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
26/01/2015	Operador de Caixa	Manhã	03/08/2015 a 05/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
26/01/2015	Massagista	Manhã	04/05/2015 a 31/07/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
26/01/2015	Massagista	Tarde	08/06/2015 a 28/08/2015, 13:15 às 17:15	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
26/01/2015	Figurista	Noite	20/07/2015 a 13/10/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
26/01/2015	Auxiliar Financeiro	Manhã	13/07/2015 a 21/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
26/01/2015	Artesão em Bordado à Mão	Manhã	03/08/2015 a 27/10/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
02/02/2015	Inglês Intermediário	Noite	29/06/2015 a 23/09/2015, 18:30 às 21:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

29/05/2015	Operador de Computador	Tarde	08/06/2015 a 13/08/2015, 13:15 às 17:15	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
15/06/2015	Cuidador de Idoso	Tarde	03/08/2015 a 05/10/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
06/07/2015	Manicure e Pedicure	Tarde	05/08/2015 a 30/09/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
16/07/2015	Montador e Reparador de Computadores	Tarde	17/08/2015 a 16/10/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	

Guaxupé

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
02/06/2015	Operador de Computador	Manhã	27/07/2015 a 19/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui	23	

Igarapé

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
22/10/2014	Auxiliar Administrativo	Noite	03/08/2015 a 30/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
22/10/2014	Agente de Inspeção de Qualidade	Noite	03/08/2015 a 29/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

Inimutaba

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
20/07/2015	Recepcionista	Noite	11/08/2015 a 14/10/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Itabira

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
30/03/2015	Comprador	Manhã	23/06/2015 a 15/09/2015, 09:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
03/06/2015	VENDEDOR	Noite	11/08/2015 a 06/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	34	
03/06/2015	Auxiliar Financeiro	Tarde	11/08/2015 a 06/11/2015, 13:30 às 17:30	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
08/06/2015	Promotor de Vendas	Noite	28/07/2015 a 14/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
08/06/2015	Operador de Computador	Tarde	04/08/2015 a 06/10/2015, 13:30 às 17:30	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
08/06/2015	Auxiliar Financeiro	Noite	14/07/2015 a 06/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

03/07/2015	Auxiliar de Pessoal	Noite	11/08/2015 a 06/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
------------	---------------------	-------	---	---------------------------	----	--

Ituiutaba

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
	Técnico em Redes de Computadores	Tarde	20/07/2015 a 15/07/2016, 13:30 às 17:30	Seg Ter Qua Qui Sex	22	

Joaquim Felício

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
01/09/2015	Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Básico	Noite	29/09/2015 a 25/11/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	

Juatuba

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
22/10/2014	Auxiliar Administrativo	Noite	10/08/2015 a 05/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
22/10/2014	Agente de Inspeção de Qualidade	Noite	10/08/2015 a 04/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

Juiz de Fora

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
---------------------	-------	-------	-----------------------	------	-------	---

23/07/2015	Técnico em Logística	Tarde	03/08/2015 a 21/04/2016, 13:30 às 17:45	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
24/07/2015	Técnico em Administração	Tarde	03/08/2015 a 14/06/2016, 13:30 às 17:45	Seg Ter Qua Qui Sex	25	
27/07/2015	Manicure e Pedicure	Manhã	03/08/2015 a 28/09/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	12	
28/07/2015	Cuidador de Idoso	Noite	03/08/2015 a 05/10/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
29/07/2015	Auxiliar Administrativo	Noite	03/08/2015 a 28/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	
14/08/2015	Manicure e Pedicure	Noite	24/08/2015 a 20/10/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	12	

Lagoa Santa

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
17/07/2015	Auxiliar Administrativo	Manhã	17/08/2015 a 21/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	

Montes Claros

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
---------------------	-------	-------	-----------------------	------	---------	--

09/06/2015	Operador de Telemarketing	Manhã	11/08/2015 a 14/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	
------------	---------------------------	-------	---	---------------------------	----	--

Morro da Garça

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
01/09/2015	Promotor de Vendas	Noite	15/09/2015 a 11/11/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Patrocínio

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
16/03/2015	VENDEDOR	Noite	04/05/2015 a 29/07/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Poços de Caldas

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
17/03/2015	Técnico em Marketing	Manhã	03/08/2015 a 13/07/2016, 07:30 às 11:45	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
29/06/2015	Manicure e Pedicure	Tarde	14/09/2015 a 01/12/2015, 13:30 às 16:30	Seg Ter Qua Qui Sex	20	

Pouso Alegre

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
---------------------	-------	-------	-----------------------	------	-------	---

03/04/2015	Almoxarife	Manhã	10/08/2015 a 15/10/2015, 07:30 às 11:30	Seg Ter Qua Qui Sex	37	
08/06/2015	Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Básico	Manhã	14/09/2015 a 17/11/2015, 07:30 às 11:30	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
08/06/2015	Auxiliar Administrativo	Manhã	14/09/2015 a 20/11/2015, 07:30 às 11:30	Seg Ter Qua Qui Sex	40	
08/06/2015	Almoxarife	Noite	14/09/2015 a 11/12/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	40	

Presidente Juscelino

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
01/09/2015	Operador de Computador	Noite	22/09/2015 a 25/11/2015, 18:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	17	

Salinas

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
27/02/2015	Operador de Computador	Noite	15/04/2015 a 17/07/2015, 18:00 às 21:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
27/04/2015	VENDEDOR	Noite	11/05/2015 a 14/08/2015, 18:00 às 21:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	

São João Del Rei

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
03/07/2015	Inglês Intermediário	Noite	03/08/2015 a 27/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
10/07/2015	Inglês Intermediário 2	Tarde	24/08/2015 a 18/11/2015, 14:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	

São Joaquim de Bicas

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
16/10/2014	Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	Noite	24/08/2015 a 24/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
16/10/2014	Auxiliar Administrativo	Noite	24/08/2015 a 25/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	
16/10/2014	Agente de Inspeção de Qualidade	Noite	24/08/2015 a 24/11/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

São Lourenço

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
15/07/2015	Auxiliar Administrativo	Tarde	14/09/2015 a 18/11/2015, 13:30 às 17:30	Seg Ter Qua Qui Sex	24	

Sete Lagoas

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
11/05/2015	Cuidador de Idoso	Manhã	22/06/2015 a 11/09/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
09/07/2015	Cabeleireiro	Manhã	20/07/2015 a 10/12/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	16	

Três Corações

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
02/07/2015	Cuidador Infantil	Manhã	14/07/2015 a 15/09/2015, 07:30 às 11:30	Seg Ter Qua Qui Sex	35	

Três Marias

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas	+
08/12/2014	VENDEDOR	Tarde	29/06/2015 a 28/08/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	
08/12/2014	Cuidador Infantil	Manhã	10/08/2015 a 13/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	20	
17/04/2015	Auxiliar de Pessoal	Tarde	22/06/2015 a 21/08/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	

12/06/2015	Promotor de Vendas	Manhã	05/10/2015 a 08/12/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	
25/06/2015	Manicure e Pedicure	Tarde	28/09/2015 a 24/11/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	16	
29/06/2015	Recepcionista	Tarde	10/08/2015 a 13/10/2015, 13:00 às 17:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	

Tupaciguara

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
20/03/2015	Recepcionista	Noite	14/04/2015 a 24/07/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	30	

Unai

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
04/07/2015	Auxiliar Administrativo	Noite	03/08/2015 a 28/10/2015, 19:00 às 22:00	Seg Ter Qua Qui Sex	25	

Varginha

Início de matrícula	Curso	Turno	Período de realização	Dias	Vagas +	
09/07/2015	Recepcionista	Manhã	04/08/2015 a 06/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	36	

09/07/2015	Comprador	Manhã	10/08/2015 a 14/10/2015, 08:00 às 12:00	Seg Ter Qua Qui Sex	21	
------------	-----------	-------	---	---------------------------	----	--

Fonte: SENAC, 2015.

Com relação as informações acima relacionadas destacamos que foram encontradas 35 opções de cursos em exatas 100 ofertas ramificadas em 36 diferentes unidades do Senac no Estado.

Classificamos os tipos de cursos em seus respectivos segmentos para uma melhor análise e com isso conseguimos identificar a participação de cada segmento nas ofertas disponíveis no Programa Senac de Gratuidade, sendo assim foram atribuídas 18% das ofertas para o segmento de Estética e Saúde, 31% do Administrativo, 14% Educação, 29% Operacional, 2% Informática, 6% Cursos Técnicos.

Verificamos também que os cursos considerados como profissionalizantes, pois possuem carga horária igual ou superior a 800 horas e que poderiam proporcionar aos alunos uma profissão reconhecida no mercado de trabalho, representam apenas 6% das ofertas em todo Estado, desse subtotal listamos as cidades de Ituiutaba, que oferece 22 vagas e Contagem com 30 vagas, no período vespertino para o curso Técnico em Redes de Computadores.

O curso Técnico de Administração está sendo ofertado nas cidades de Contagem e Juiz de Fora com 35 e 25 vagas no período vespertino respectivamente. Concomitantemente ao curso Técnico de Administração na unidade de Juiz de Fora, também é ofertado 20 vagas no período da tarde para o curso Técnico em Logística e finalizando as citações, temos a unidade do Senac em Poços de Caldas ofertando 40 vagas no período matutino para os interessados em realizar o curso Técnico de Marketing.

As informações retiradas do site do Senac, referente aos cursos do programa de gratuidade, resultaram em diversas tabulações, sendo uma delas a construção de um quadro, que compartilhamos a seguir:

Curso	Qtde. de Cursos ofertados nas Unidades de MG	Relação %	Turno	Carga Horária
Estética e Saúde				
Cabeleireiro	1	1%	Manhã	400
Cuidador de Idoso	5	5%	Manhã/Tarde/Noite	180
Cuidador Infantil	2	2%	Manhã	180
Manicure e Pedicure	6	6%	Manhã / Tarde / Noite	160
Massagista	4	4%	Manhã / Tarde	240
Total ==>>	18	18%		
Administrativo				
Almoxarife	2	2%	Manhã / Noite	180
Auxiliar Administrativo	15	15%	Manhã/Tarde/Noite	180
Auxiliar de Pessoal	5	5%	Manhã/Tarde/Noite	180
Auxiliar Financeiro	5	5%	Manhã/Tarde/Noite	180
Comprador	3	3%	Manhã	180
Organizador de Eventos	1	1%	Noite	200
Total ==>>	31	31%		
Educação				
Inglês Aplicado a Serviços Turísticos	6	6%	Manhã/Tarde/Noite	180
Inglês Básico	2	2%	Manhã / Noite	180
Inglês Intermediário	3	3%	Manhã / Noite	180
Inglês Intermediário 2	1	1%	Tarde	45
Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Básico	2	2%	Manhã / Noite	160
Total ==>>	14	14%		
Operacional				
Agente de Inspeção de Qualidade	3	3%	Noite	180
Artesão em Bordado à Mão	1	1%	Manhã	180
Condutor Ambiental Local	1	1%	Noite	200
Figurista	1	1%	Noite	240
Operador de Caixa	1	1%	Manhã	180
Operador de Computador	5	5%	Manhã / Tarde / Noite	180
Operador de Telemarketing	1	1%	Manhã	180
Promotor de Vendas	5	5%	Manhã / Noite	180
Recepcionista	4	4%	Manhã / Tarde / Noite	180
Recepcionista de Eventos	1	1%	Noite	180
Recepcionista em Meios de Hospedagem	1	1%	Tarde	160
Recepcionista em Serviços de Saúde	1	1%	Noite	240
VENDEDOR	4	4%	Noite / Tarde	180
Total ==>>	29	29%		
Informática				
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	1	1%	Manhã	200
Montador e Reparador de Computadores	1	1%	Tarde	180
Total ==>>	2	2%		
Técnico				
Técnico em Administração	2	2%	Manhã / Tarde	800
Técnico em Logística	1	1%	Tarde	800
Técnico em Marketing	1	1%	Manhã	800
Técnico em Redes de Computadores	2	2%	Tarde	1000
Total ==>>	6	6%		
Total ==>>	100	100%		

Fonte: SENAC, 2015.

Ressaltamos ainda que o Programa Senac de Gratuidade, estava ofertando em Junho de 2015 o total de 2.772 vagas em seus cursos espalhados pelo Estado de Minas Gerais, sendo que deste total apenas 172 vagas são destinadas aos cursos Técnicos, dessa forma observamos que 45 dessas vagas estão direcionadas para a cidade de Juiz de Fora, 40 vagas para a cidade de Poços de Caldas, 65 vagas para a cidade de Contagem e 22 vagas para a cidade de Ituiutaba.

Considerando todas as ofertas no Estado de Minas Gerais o Senac da cidade de Divinópolis é responsável por aproximadamente 16% das ofertas das vagas do PSG – Programa Senac de Gratuidade, seguido pela unidade do Senac na cidade de Contagem com 13,53%, Itabira com 8,62%, Três Marias com 5,09%, Pouso Alegre com 4,94%, Juiz de Fora com 4,11% e a unidade do Senac da cidade de São Joaquim de Bicas, que de acordo com o IBGE possui uma população estimada de 28.624 habitantes, oferta 105 vagas no programa correspondendo assim 3,79% do total das vagas, distribuídas nos cursos de Inglês Aplicado a Serviços Turísticos, Auxiliar Administrativo, Agente de Inspeção de Qualidade, cada um desses cursos com a disponibilidade para 35 matrículas no período noturno e com início previsto para o dia 24/08/2015. Veja a seguir a participação das demais cidades em relação ao total das vagas ofertadas no Programa Senac de Gratuidade:

Cidade - MG	Vagas - PSG	Relação %
Araxá	50	1,80%
Barbacena	95	3,43%
Barreiro	30	1,08%
Belo Horizonte	50	1,80%
Buenópolis	30	1,08%
Congonhas	30	1,08%
Contagem	375	13,53%
Coromandel	30	1,08%
Coronel Fabriciano	32	1,15%
Curvelo	160	5,77%
Divinópolis	445	16,05%
Guaxupé	23	0,83%
Igarapé	70	2,53%
Inimutaba	30	1,08%
Itabira	239	8,62%
Ituiutaba	22	0,79%
Joaquim Felício	20	0,72%
Juatuba	70	2,53%
Juiz de Fora	114	4,11%
Lagoa Santa	20	0,72%
Montes Claros	25	0,90%
Morro da Garça	30	1,08%
Patrocínio	30	1,08%
Poços de Caldas	60	2,16%
Pouso Alegre	137	4,94%
Presidente Juscelino	17	0,61%
Salinas	45	1,62%
São João Del Rei	40	1,44%
São Joaquim de Bicas	105	3,79%
São Lourenço	24	0,87%
Sete Lagoas	36	1,30%
Três Corações	35	1,26%
Três Marias	141	5,09%
Tupaciguara	30	1,08%
Unai	25	0,90%
Varginha	57	2,06%
Total de Vagas PSG em MG ==>>	2772	100%

Fonte: SENAC, 2015.

Perfil do Aluno PSG

De acordo com SENAC, 2015 foram realizadas pesquisas no momento da matrícula com o aluno que utiliza o Programa Senac de Gratuidade (PSG), todos os alunos foram conduzidos a preencher um formulário com suas informações pessoais, que após as devidas tabulações, foram extraídos desses relatórios, assim deram origem ao Perfil do Aluno PSG, que permite ao Senac, anualmente, conhecer o público do programa. Seguem alguns resultados da pesquisa realizada em 2011:

- a maior parte dos alunos do PSG é composta de mulheres (64,83%)
- 68,68% dos participantes têm entre 14 e 24 anos
- 83,86% são solteiros
- 45% são pardos ou negros
- 83% possuem o ensino médio como grau de escolaridade
- 69% ainda não estavam trabalhando quando se matricularam nos cursos
- a procura é maior para as turmas de Formação Inicial e Continuada (83%) e para cursos de Gestão e Negócios (68,03%). SENAC, 2015

3.4 Unidade do Senac na cidade de Uberaba

Neste subitem foi realizado um levantamento sobre a unidade do SENAC em Uberaba, e podemos destacar algumas informações:

Esta unidade possui sede própria no município de Uberaba desde 22 de julho de 1983, data em que foi inaugurada para oferecer à comunidade cursos e atividades diversificadas e para as 17 cidades que fazem parte da microrregião do Vale do Rio Grande, no Triângulo Mineiro (SENAC UBERABA, 2015).

- Sede totalmente revitalizada, contando com 32 ambientes pedagógicos, climatizados e equipados com projetores e TV.
- Infraestrutura projetada para oferecer mais acessibilidade aos deficientes físicos.
- Orientadores qualificados, especialistas e mestres com experiência de mercado.
- Banco de Oportunidades - atendimento individual gratuito para aqueles que buscam obter informações e instruções sobre o mundo do trabalho.
- Serviço de Orientação Profissional e palestras para escolas sobre mercado de trabalho e profissões.
- Sala multimeios com infraestrutura para cursos de culinária.
- Salão de Beleza pedagógico com serviços prestados a preços simbólicos:

. Cabeleireiro.

. Estética facial e corporal (SENAC UBERABA, 2015)

3.5 Análise do Programa Senac de Gratuidade na Unidade de Uberaba

De acordo com os levantamentos iniciais junto a Unidade do Senac em Uberaba - MG verificamos que as demandas pelos cursos surgem pela análise do perfil regional e demanda espontânea da comunidade, dessa forma os cursos são criados e estruturados, através dos Planos de Curso pela GDE (Gerência de Desenvolvimento de Produto) que fica situado na cidade de Belo Horizonte, em consonância com a diretoria da unidade, sendo que os principais cursos mais procurados são o Técnico em Enfermagem, o Técnico em Segurança do Trabalho e os nas áreas da Estética e Administração.

Os docentes são contratados através de processo seletivo que consta de análise de currículo, avaliação do potencial didático e entrevista por competência.

O Senac desenvolveu o programa Rede de Carreiras e o Banco de Oportunidades, onde as empresas solicitam a indicação de profissionais para atender as suas respectivas demandas, dessa forma muitos egressos são inseridos no mercado de trabalho.

Uma vez desenvolvidos os produtos e serviços que serão ofertados e quais são os seus respectivos valores a unidade Senac utiliza-se de encartes nos jornais, Televisão, Rádios para divulgação e promoção dos mesmos.

No site do Senac encontramos a programação de cursos da unidade de Uberaba que envolve diversas áreas de formação profissional, são elas: Saúde, Gestão, Hospitalidade, Comércio e Informática, com as suas grades curriculares adaptadas a necessidade do mercado de trabalho. Além de cursos básicos, técnicos e de pós-graduação, há a opção dos cursos de Educação a Distância.

O ensino técnico da unidade do Senac em Uberaba é ofertado através dos seguintes cursos: Enfermagem, Administração, Segurança do Trabalho, Contabilidade, Estética, Farmácia, Análises Clínicas e Redes de Computadores (SENAC UBERABA, 2015).

Dentre as opções dos cursos técnicos, iremos realizar análises, sobre o curso Técnico em Segurança do Trabalho para aprofundarmos nas suas características, pois foi nele que encontramos mais informações disponíveis.

Destacamos, a seguir, um detalhamento sobre o Projeto Pedagógico, referente ao curso Técnico de Segurança do Trabalho, onde poderemos identificar detalhes do planejamento.

Eixo Tecnológico: Segurança

Habilitação Técnica de Nível Médio: Técnico em Segurança do Trabalho

Carga horária total: 1200 horas

APROVAÇÃO: RESOLUÇÃO CR/SENACMG Nº 266/14, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Justificativa

Caracterizado por um contexto socioeconômico marcado por transformações fortemente influenciadas pelo avanço das tecnologias, o mercado demanda contínua atualização e aprimoramento de conhecimentos, habilidades e competências. Esse mercado é composto por trabalhadores com qualificação variada. Soma-se a ele um significativo número de estudantes que, cursando e concluindo o ensino médio, busca uma melhor qualificação, o que justifica o aumento da oferta de cursos técnicos profissionalizantes.

- Nesse cenário multifacetado, indústrias modernas ou de capital intensivo, por serem detentoras de tecnologias e processos, exigem funcionários altamente qualificados e direcionam significativas parcelas do seu investimento ao contínuo aprimoramento profissional, fazendo da formação profissional e da educação continuada fatores preponderantes para o sucesso. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.2).

Objetivos

Ao oferecer o curso **Técnico em Segurança do Trabalho**, o SENAC em Minas tem por objetivos:

Proporcionar condições para que o aluno desenvolva as competências profissionais necessárias e comuns a todo profissional que atua no Eixo Tecnológico: Segurança, de modo a favorecer o diálogo e a interação com os demais profissionais deste eixo, bem como ampliar a interface com outros Eixos Tecnológicos;

- Oferecer condições para que o aluno desenvolva competências pessoais e profissionais necessárias e comuns a todo profissional que atua nos segmentos de saúde e segurança do trabalho, de modo a favorecer o diálogo e a interação com os demais colaboradores, ampliando suas possibilidades de atuação;
- Capacitar o aluno para uma atuação empreendedora, por meio do desenvolvimento de competências, não só restritas ao desempenho de atividades específicas, mas de outras com alcance mais amplo, alinhando as competências definidas para o profissional **Técnico em Segurança do Trabalho** ao constante dinamismo do mercado, de modo que o ensino se torne flexível e passe, sempre que necessário, pelas devidas adaptações;
- Aprimorar a qualidade do ensino técnico, em termos pedagógicos e estruturais, garantindo aos alunos a adequação dos fatores físicos, materiais e humanos às suas necessidades e aos objetivos do curso. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.2).

III. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Para matrícula no curso **Técnico em Segurança do Trabalho**, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio ou estar cursando este nível de ensino pela via regular (qualquer série) ou pela Educação de Jovens e Adultos – EJA (cursos presenciais, semipresenciais ou a distância, ou exames supletivos).

As inscrições e as matrículas serão efetuadas de acordo com o Calendário Escolar estabelecido pela Unidade e nos termos regimentais. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.4).

IV. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O **Técnico em Segurança do Trabalho** é o profissional que:

- Atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais, de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho;
 - Desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho;
 - Orienta o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);
 - Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho;
 - Executa o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
 - Investiga e analisa acidentes, recomendando medidas de prevenção e controle.
- Ao concluir o curso o aluno terá competência para atuar na preservação da saúde e segurança do trabalhador, trabalhando em equipes multidisciplinares, em atividades de campo vinculadas a instituições públicas e privadas, indústrias, fabricantes e representantes de equipamentos de segurança ou em órgãos oficiais, como integrante dos serviços especializados regidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.4).

2. V. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso **Técnico em Segurança do Trabalho** foi elaborada de forma a assegurar a interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação desta organização, contemplando os temas indicados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, os conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais que compõem o perfil profissional de conclusão desta habilitação profissional, prevendo situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.7).

MATRIZ CURRICULAR

Módulos	Componentes Curriculares	Carga Horária
I	Ambientação Profissional em Segurança	36
	Saúde do Trabalhador	72
	Desenho Técnico	72
	Informática Básica	36
	Comunicação Empresarial	48
	Técnicas de Ergonomia	30
Subtotal		294 horas
II	Legislação e Normas Técnicas	196
	Matemática e Estatística Básicas para o Trabalho	80
	Psicologia e Relações Humanas no Trabalho	48
Subtotal		324 horas
III	Higiene e Saúde Ocupacional	234
	Ações Educativas em Saúde e Segurança do Trabalho	72
Subtotal		306 horas
IV	Tecnologia de Prevenção e Controle de Perdas	180
	Sistema de Segurança e Saúde do	96

	Trabalho	
Subtotal		276 horas
Carga horária total		1200 horas

Fonte: PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p8.

Percebemos que a matriz curricular segue as normas da associação da classe e em sintonia com as tendências e atualizações do mercado de trabalho, onde os componentes estão divididos em módulos para que o aluno seja submetido a um processo de capacitação constante.

VI. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os conhecimentos, saberes e competências adquiridas anteriormente pelos alunos, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do **Técnico em Segurança do Trabalho**, poderão ser objeto de análise e/ou avaliação para aproveitamento de estudos, nos termos regimentais e da legislação vigente.

VII. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os alunos devem ter pleno conhecimento dos procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento do curso, bem como sobre as normas regimentais e os critérios de avaliação, recuperação, progressão parcial, frequência, reclassificação e aprovação.

Além disso, é direito do aluno conhecer a Proposta Pedagógica, o Regimento Escolar e o Plano do Curso, bem como cobrar a sua execução. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.30).

VIII. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1. **Biblioteca** com acervo específico e atualizado, para atender às necessidades de consulta e pesquisa dos docentes e dos alunos a incluindo os seguintes títulos:

- **Bibliografia básica:** no mínimo 03 (três) exemplares de cada título: (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.34).

IX. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Os docentes legalmente habilitados para ministrar os diversos Componentes Curriculares deste curso são, prioritária e preferencialmente, profissionais bacharéis, tecnólogos ou pós-graduados em área de conhecimento diretamente relacionada ao curso ou aos seus Componentes Curriculares e **habilitados** em cursos de licenciatura, em Programas Especiais de Formação Pedagógica de Docentes, ou em cursos de pós-graduação na área pedagógica.

Em caráter excepcional, mediante autorização concedida pela Superintendência Educacional do SENAC Minas, obedecida a ordem de prioridade abaixo, poderão também atuar como docentes:

- 1 - Profissionais bacharéis, tecnólogos ou pós-graduados em área de conhecimento diretamente relacionada ao curso ou a Componentes Curriculares do curso e que não tenham curso de licenciatura;
- 2 - Profissionais matriculados e frequentando curso de bacharelado, de tecnologia ou de pós-graduação em área de conhecimento diretamente relacionada ao curso ou a Componentes Curriculares do curso;
- 3 - Profissionais com habilitação profissional de nível técnico da mesma habilitação ou habilitação afim;
- 4 - Profissionais com Ensino Médio e não graduados.

Os profissionais relacionados nos itens 2, 3 e 4, além de qualificação adequada, deverão também comprovar experiência profissional na área.

Aos profissionais que obtiverem autorização para lecionar, a Unidade de Ensino Técnico deverá proporcionar a adequada capacitação em serviço para esse magistério. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.36).



COMPONENTES CURRICULARES	ÁREA DE CONHECIMENTO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA*	
	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	
Ambientação Profissional em Segurança	O profissional Técnico em Segurança do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia ▪ Segurança do Trabalho
	Primeiros socorros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfermagem ▪ Medicina
Saúde do Trabalhador		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfermagem ▪ Enfermagem do Trabalho ▪ Biologia / Ciências Biológicas ▪ Medicina / Ciências Médicas
Desenho Técnico		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia ▪ Design de Ambientes / Interiores ▪ Arquitetura ▪ Segurança do Trabalho
Informática Básica		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ciências da Computação ▪ Informática
Comunicação Empresarial	Língua portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Letras
	Andragogia Planejamento de treinamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia ▪ Psicologia ▪ Recursos Humanos
Técnicas de Ergonomia		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fisioterapia ▪ Engenharia ▪ Segurança do Trabalho
Legislação e Normas		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia

Técnicas		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direito ▪ Segurança do Trabalho
Matemática e Estatística Básicas para o Trabalho		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matemática ou Estatística ▪ Ciências Contábeis ▪ Administração
Psicologia e Relações Humanas no Trabalho		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Psicologia ▪ Recursos Humanos ▪ Administração ▪ Psicologia do Trabalho
Higiene e Saúde Ocupacional		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia ▪ Segurança do Trabalho
Ações Educativas em Saúde e Segurança do Trabalho	Métodos e técnicas para treinamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia ▪ Psicologia ▪ Recursos Humanos
	Campanhas de segurança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia ▪ Segurança do Trabalho
Tecnologia de Prevenção e Controle de Perdas		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia ▪ Meio Ambiente ▪ Segurança do Trabalho
Sistema de Segurança e Saúde do Trabalho	Políticas de segurança e saúde do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segurança do Trabalho ▪ Engenharia
	Sistema de gestão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engenharia ▪ Química ▪ Biologia ▪ Geografia ▪ Administração ▪ Direito

Fonte: (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.37)

Para ministrar cada Componente Curricular a formação acadêmica do docente deverá corresponder, no mínimo, a uma das áreas de conhecimento especificadas, acima e nesse item

ao meu ver é um dos mais importantes e fundamentais para o êxito da proposta, pois o profissional selecionado para ministrar os componentes deve ter formação na área, entretanto acrescento a necessidade de ter a experiência pratica e ainda a capacidade didática para transmitir para os alunos.

Essas observações não foram comprovadas na unidade da cidade de Uberaba, bem como a questão financeira, qual a remuneração atrairia um profissional com esse conjunto de aptidões, a ministrar esses conteúdos? Os valores referentes aos honorários dos profissionais não foram revelados.

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
CARGO/FUNÇÃO	HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO
Diretor Escolar *	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacharelado em Pedagogia ▪ Pós-graduação em Gestão Educacional ▪ Bacharelado
Supervisor Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacharelado em Pedagogia ou ▪ Habilitação em Supervisão Pedagógica
Secretário Escolar *	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Habilitação em Secretaria Escolar ▪ Bacharelado em Pedagogia ▪ Bacharelado e curso de licenciatura ▪ Bacharelado ▪ Curso de Magistério ou Curso Normal de Nível Médio ▪ Habilitação Profissional de Técnico em Secretariado ▪ Ensino Médio, com comprovação de experiência profissional em atividades específicas de Secretaria Escolar, pelo período mínimo de 02(dois) anos

*A habilitação/qualificação requerida, refere-se à ordem de prioridade para preenchimento do cargo/função.

Fonte: (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.38)

Sabemos que o número de Mestres e Doutores em nosso país é insuficiente para as demandas existentes, entretanto para se ocupar um cargo de Diretor de uma unidade do Senac, o curso de bacharelado em pedagogia e uma especialização em Gestão Educacional, não habilita um profissional para tratar de questões mais amplas relacionadas a importância da Educação Profissional para um país em desenvolvimento.

X. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

Ao aluno que concluir com aprovação os Módulos I, I e II, ou I, II e III, bem como Componentes Curriculares destes Módulos, poderão ser expedidas **Declarações** dos estudos realizados, para fins de prosseguimento de estudos. (PLANO DE CURSO - Técnico em Segurança do Trabalho, 2014, p.38).

3.3 O Perfil do mercado de trabalho no Município de Uberaba

Neste subitem encontramos dados concretos e detalhados da atuação da Unidade do Senac em Uberaba - MG, para podermos comprovar a sua relevância e importância para a cidade e região.

Formam identificados os atendimentos abaixo em destaque, no período de 2001 a 2014, com o intuito de ilustrar e demonstrar a relevância do Senac.

ATENDIMENTO HISTORICO CEP UBERABA			
ANO	AE	EP	TOTAL
2001	7.433	2.096	9.529
2002	6.200	1.579	7.779
2003	1.341	4.068	5.409
2004	3.808	3.901	7.709
2005	3.473	4.814	8.287
2006	4.303	7.282	11.585
2007	4.664	4.051	8.715
2008	3.777	4.440	8.217
2009	3.844	2.980	6.824
2010	3.629	2.875	6.504
2011	4.682	2.793	7.475
2012	5.991	5.273	11.264
2013	6.089	5.291	11.380
2014	4.839	4.718	9.557

Fonte: GGM - Gerência Geral de Marketing-Planejamento, maio/2015.

EP – Educação Profissional – São os cursos com carga horária acima de 15 horas.

AE – Ações extensivas – São ações que complementam os cursos EP, como palestras, workshop, mini cursos, com carga horária inferior a 15 horas.

Diferentemente dos relatórios emitidos pelo Senac a nível estadual a unidade de Uberaba, não possui em seus controles muitos dados, portanto não é possível realizar uma análise mais detalhada. Mas no momento dessa pesquisa não existiam cursos sendo ofertados na cidade de

Uberaba pelo programa Senac de Gratuidade, e nem em Uberlândia, que são umas das maiores cidades do Estado e conseqüentemente com muitos trabalhadores precisando se capacitar.

Infelizmente não obtivemos mais informações para aprofundarmos nessa análise, mas deixo a minha gratidão com toda a equipe do Senac da cidade de Uberaba, principalmente pela recepção e atenção da coordenadora pedagógica, da coordenadora de marketing e do seu diretor. Ressaltamos que a importância da unidade Senac para a cidade e região de Uberaba, muitos alunos se capacitaram e conseguiram ingressar no mercado de trabalho através de uma profissão conquistada graças ao Senac ou se aperfeiçoaram em suas funções, podendo assim desenvolver melhor suas atividades e tornar sua empresa mais competitivas.

A discussão que gostaria de continuar em outra oportunidade é sobre o planejamento do Senac (Federação) em relação as ofertas dos cursos, as quantidades de vagas e quais as cidades devem ser contempladas com o seu programa de gratuidade, pois durante a minha pesquisa não tive capacidade de encontrar um relação conexa, ressalto também que posso ter interpretado de forma errado alguma informação para chegar essa opinião, mas acredito que esse planejamento deve ser feito em conjunto com o Estado e as empresas que fazem parte da sua assistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho sofisticou-se constantemente e altera sua forma e organização. Assim diante desse cenário onde temos presente um universo de informações que surgem em grande velocidade e de um cenário de competitividade acirrada, os trabalhadores são exigidos a se envolver cada vez mais com os problemas que ocorrem no trabalho. Diante deste quadro, cabe perguntar sobre a importância da capacitação profissional constante.

Assim como podemos observar a legislação brasileira apresentar uma unificação formal, não é possível negar que na prática que continua existindo, assim como em toda a história da educação no Brasil, duas redes de ensino destinadas a públicos diferentes: uma educação voltada para a elite e outra para as populações pobres.

A expansão e a elevação da escolaridade devem ser metas, não como meio de atribuição de empregabilidade, mas principalmente porque a ampliação quantitativa e qualitativa da educação é uma exigência da ampliação dos direitos de cidadania, como pressuposto à implementação e consolidação do processo democrático no país.

A criação dos organismos constituintes do Sistema S, bem como suas formas de financiamento surgem no início da década de 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, que a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20/12/1996), a educação profissional passou a ser considerada pelo governo como eixo de articulação entre a escola e o mercado de trabalho, com isso, os objetivos e funções da educação profissional passaram a ser a formação profissional, a reprofissionalização, qualificação, requalificação, atualização e capacitação de jovens e adultos.

O Sistema S surge justamente para fornecer educação profissionalizante para os diversos segmentos da sociedade, subsidiado pelas próprias empresas do setor e com isso cooperar significativamente com o desenvolvimento do país.

Durante as inúmeras pesquisas realizadas, encontramos alguns questionamentos sobre a idoneidade de seus diretores e controladores e ainda o desvio do seu objetivo primordial, inclusive com audiências públicas, dessa forma diagnosticamos os cursos gratuitos ofertados pelo Senac no Estado de Minas Gerais, suas respectivas cidades e as vagas disponíveis.

Não foi possível encontrar uma justificativa lógica nas escolhas dos cursos e das cidades em que os mesmos seriam ofertados de forma gratuitas, que são reservados ao

Programa de Gratuidade, e ainda contando com uma discutível burocracia. Podemos exemplificar, pois as cidades de Uberaba e Uberlândia, que são umas das maiores do Estado, não possuíam durante a pesquisa cursos gratuitos sendo ofertados, mas muitos pagos. A nossa capital, Belo Horizonte, ofertava 50 vagas gratuitas, sendo 25 vagas para Recepcionista em Meios de Hospedagem e 25 para Inglês Aplicado a Serviços Turísticos, mas as cidades como Itabira possuía 239 vagas, Curvelo 160 vagas e São Joaquim das Bicas com 105 vagas.

Para finalizar, salientamos a importância do Sistema S para o país, mas ficou esclarecido os motivos de muitos questionamentos sobre os desvios da finalidade do Senac, principalmente pelas reduzidas opções de cursos técnicos ofertados no estado de Minas Gerais aos trabalhadores de forma gratuita, e pela cobrança por capacitações semelhante a uma escola ou faculdade do setor privado gerando assim uma poderosa entidade superavitária.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M. **Direito Administrativo descomplicado**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1999.

BANDEIRA de Melo, C. A. **Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL^a. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1996. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1.9394.htm. Acesso em 15 de agosto de 2014.

BRASIL^b. Portal MEC. Podemos formar mais e melhor. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acessado em : 06/12/2014.

BRASIL^c. Ministério da Educação. Qualificação técnica e profissional para trabalhadores e alunos do ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/bolsa.html> Acesso em: 25 mar. 2015.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à era Vargas. São Paulo: Unesp, 2007.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2005^a.

DEMO, P. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas: Papirus, 1997.

FERNANDES, A. V. M. Entre o Texto e o contexto: diretrizes para a reorganização dos Cursos de Ensino. In: **Revista de Educação**: Adeoesp, São Paulo, n.º 10, p. 21-28. Abr, 1999.

GOMES, E. **O Sistema S e os Desafios do Brasil em Reformas – O Caso SENAI nos Anos 90**. São Paulo: Ática, 2005.

LOURENÇO JÚNIOR, A. A aplicação de um modelo híbrido de planejamento de cenários à luz da pesquisa-ação. 164 p. **Dissertação de Mestrado** em Administração. Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC, Faculdade de Ciências Econômicas. Belo Horizonte. 2007.

Disponível em:

http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/antonio_lourenco.pdf .

Acesso em 21 de agosto de 2014.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAZZA, A. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2005.

MORAES, C. S. V. (Coord.). **Diagnóstico da formação profissional: o ramo metalúrgico**. São Paulo: Artchip Editora, 1999.

NASCIMENTO, M. M. **Illuminismo: A revolução das luzes**. São Paulo: Ática, 1999.

O DESTINO dos recursos administrados pelo sistema “S”

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11669&revista_caderno=4

RAMOS, M. N. A educação profissional no contexto da educação nacional. Disponível em www.educacaoonline.pro.br/reformadaeducacaoprofissional.asp?fidartigo=298. Acesso em 15 agosto 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSÁRIO, M. B.; DIEGUEZ, G. K. **Etimologia**. Disponível em:

www.estacio.br/rededeletas/numero19/minha_patria/texto2.asp. (2009) Acesso em: 25 nov. 2014.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber livro, 2007.

SANTOS, P. S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

SCAMPINI, José. A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 11, nº 42, p. 75-81, abr./jun. 1974.

SENAC. Disponível em: www.senac.br/unidades/estados.aspx?uf=Distrito%20Federal. Acesso em: 09 dez. 2014.

SENAI. Disponível em: <http://www.sp.senai.br/Senaisp/Institucional/0/Sistema-SENAI>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. <http://www.sistemafibra.org.br/senai/sala-de-imprensa/noticias/393-tecnico-senai-gama>. Acesso em 21/04/2015.

SILVA, V.B.S.; SCHRAMM, F.; CARVALHO, H.R.C. **O uso do método PROMETHEE para seleção de candidatos à bolsa-formação do Pronatec.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/2013nahead/aop_1072.pdf. Acesso em: 10 maio 2015 – Associação Brasileira de Engenharia de Produção - On-line version ISSN 1980-5411

TRABALHO Necessário:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN08%20SOUZATR.pdf>

VEIGA, I. A. P. **Repensando a Didática.** Campinas/SP: Papyrus, 2010.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Plano, 2004.

REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf

ANEXOS

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico

O presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 39 a 42 e no § 2º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996(LDB), no Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e com fundamento no Parecer CNE/CEB 16/99, resolve:

Art. 1.º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Parágrafo único. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, entende-se por diretriz o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico.

Art. 3º São princípios norteadores de educação profissional de nível técnico os enunciados no artigo 3º da LDB, mas os seguintes:

- I. - independência e articulação com o ensino médio;
- II. - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV. - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI. - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Art. 4º São critérios para a organização e o planejamento de cursos:

- atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade;
- conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional da escola ou da rede de ensino.

Art. 5º A educação profissional de nível técnico será organizada por áreas profissionais, constantes dos quadros anexos, que incluem as respectivas características, competências gerais e cargas horárias mínimas de cada habilitação.

Parágrafo único. A organização referida neste artigo será atualizada pelo CNE, por proposta do Ministério da Educação (MEC), que, para tanto; estabelecerá processo permanente, com a participação de educadores, empregados e trabalhadores.

Art. 6º Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Parágrafo único. As competências requeridas pela educação profissional, considerada a natureza do trabalho, são as:

- I. - competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;
- II. - competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;
- III. - competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação.

Art. 7º Os perfis profissionais de conclusão de qualificação, de habilitação e de especialização profissional de nível técnico serão estabelecidos pela escola, considerando as competências indicadas no artigo anterior.

§ 1º Para substituir as escolas na elaboração dos perfis profissionais de conclusão e na organização e planejamento dos cursos, o MEC divulgará referenciais curriculares por área profissional.

§ 2º Poderão ser criados cursos de especialização de nível técnico, vinculados a determinada qualificação ou habilitação profissional, para o atendimento de demandas específicas. § 3º Demandas de atualização e de aperfeiçoamento de profissionais poderão ser atendidas por meio de cursos ou programas de livre oferta.

Art. 8º A organização curricular, consubstanciada no plano de curso, é prerrogativa e responsabilidade de cada escola.

§ 1º O perfil profissional de conclusão define a identidade do curso;

§ 2º Os cursos poderão ser estruturados em etapas ou módulos;

com terminalidade correspondente a qualificações profissionais de nível técnico identificadas no mercado de trabalho;

- I. sem terminalidade, objetivando estudos subseqüentes.

§ 3º As escolas formularão, participativamente, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB, seus projetos pedagógicos e planos de curso, de acordo com estas diretrizes.

Art. 9º A prática constitui e organiza a educação profissional e inclui, quando necessário, o estágio supervisionado realizado em empresas e outras instituições.

§ 1º A prática profissional será incluída nas cargas horárias mínimas de cada habilitação.

§ 2º A carga horária destinada ao estágio supervisionado deverá ser acrescida ao mínimo estabelecido para o respectivo curso.

§ 3º A carga horária e plano de realização do estágio supervisionado, necessário em função da natureza da qualificação ou habilitação profissional, deverá ser explicados na organização curricular constatare do plano de custo.

Art. 10º Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos pedagógicos, serão submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos sistemas de ensino, contendo:

- I. - justificativas e objetivos;
- II. - requisitos de acesso;
- III. - perfil profissional de conclusão;
- IV. - organização curricular;
- V. - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- VI. - critérios de avaliação;
- VII. - instalação e equipamentos;
- VIII. - pessoal docente e técnico;
- IX. - certificados e diplomas.

Art. 11. A escola poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissionais, adquiridos:

- I. - no ensino médio;
- II. - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos;
- III. - em cursos de educação profissional de nível básico, mediante avaliação do aluno;
- IV. - no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;
- V. - e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

Art. 12. Poderão ser implementados cursos e currículos experimentais em áreas profissionais não constantes dos quadros anexos referidos no artigo 5º desta Resolução, ajustados ao dispostos nestas diretrizes e previamente aprovados pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Art. 13. O MEC organizará cadastro nacional de cursos de educação profissional de nível técnico para registro e divulgação em âmbito nacional.

Parágrafo único. Os planos de curso aprovado pelos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino serão por estes inseridos no caderno nacional de cursos de educação profissional de nível técnico.

Art. 14 As escolas expedirão e registrarão, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico, para fins de validade nacional, sempre que seus planos de curso estejam inseridos no caderno nacional de cursos de educação profissional de nível técnico referido no artigo anterior.

§ 1º A escola responsável pela última certificação de determinado itinerário de formação técnica expedirá o correspondente diploma, observando o requisito de conclusão do ensino médio.

§ 2º Os diplomas de técnico deverão explicar o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionado a área à qual a mesma se vincula.

§ 3º Os certificados de qualificação profissional e de especialização profissional deverão o título da ocupação certificada.

§ 4º Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas deverão explicar, também, as competências definidas no perfil profissional de conclusão de curso.

Art. 15 O MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino, promoverá processo nacional de avaliação de educação profissional de nível técnico, garantia a divulgação dos resultados.

Art. 16 O MEC juntamente com os demais órgãos federais das áreas pertinentes, ouvido o CNE, organizará um sistema nacional de certificação profissional baseado em competências.

§ 1º Do sistema referido neste artigo participarão representantes dos trabalhadores, dos empregados e da comunidade educacional.

§ 2º O CNE, por proposta do MEC, fixará normas para o credenciamento de instituições para o fim específico de certificação profissional.

Art. 17 A preparação para o magistério na educação profissional de nível técnico se dará em serviço, em cursos de licenciatura ou em programas especiais.

Art. 18 A observância destas diretrizes será obrigatória a partir de 2001, sendo facultativa no período de transição, compreendido entre a publicação desta Resolução e o final do ano 2000.

§ 1º No período de transição, as escolas poderão oferecer aos seus alunos, com as adaptações necessárias, opção por cursos organizados nos termos desta Resolução.

§ 2º Fica ressalvado o direito de conclusão de cursos organizados com base no Parecer CFE nº 45, de 12 de janeiro de 1972, e regulamentações subsequentes, aos alunos matriculados no período de transição.

Art. 19 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, em especial o parecer CFE nº 45/72 e as regulamentações subsequentes, incluídas os referentes à instituição de habilitações profissionais pelos Conselhos de Educação. Resolução n.º 4, 1999.